

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

JAQUELINE PAGOTE



**DENUNCIANDO OPRESSÕES E SINALIZANDO DIREITOS: A EXPERIÊNCIA DO
TEATRO NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS ADOLESCENTES
SURDOS**

Porto Alegre
2014

JAQUELINE PAGOTE

**DENUNCIANDO OPRESSÕES E SINALIZANDO DIREITOS: A EXPERIÊNCIA DO
TEATRO NO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS ADOLESCENTES
SURDOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Idília Fernandes

Porto Alegre
2014

JAQUELINE PAGOTE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

A banca examinadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Denunciando opressores e Sinalizando Direitos – A Experiência do Teatro no Trabalho do Serviço Social junto aos Adolescentes Surdos”, de Jaqueline Pagote, apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Idília Fernandes

Aprovada em ____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

1. _____

2. _____

AGRADECIMENTOS

Mas, se tu me cativas, minha vida será como que cheia de sol. Conhecerei um barulho de passos que será diferente dos outros. A gente só conhece bem as coisas que cativou – disse a raposa. Os homens não têm mais tempo de conhecer coisa alguma. Compram tudo já pronto nas lojas. Mas, como não existem lojas de amigos, os homens não têm amigos. Se tu queres um amigo, cativa-me! Se tu vens, por exemplo, às quatro da tarde, desde as três eu começarei a ser feliz. Às quatro horas, então, estarei inquieta e agitada: descobrirei o preço da felicidade (EXUPÉRY, 2008, p.67).

Com a inspiração do Pequeno Príncipe, literatura que me encanta todas as vezes que leio, trago aqui a memória de todos aqueles e aquelas que me cativaram e que se deixaram cativar, que me fizeram descobrir a verdadeira felicidade de estar compartilhando a vida e momentos com quem cativamos e amamos.

Primeiramente a Deus, que permitiu o acontecimento de tudo isso ao longo de minha vida, e que, não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos, é o maior mestre que alguém pode conhecer. Que se mostrou Criador, que foi criativo. Seu fôlego em vida me foi sustento e deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

Agradeço a todos os professores, por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas também a manifestação do caráter e da afetividade da educação no processo de formação profissional. Pelo tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Agradeço especialmente à minha orientadora Idilia Fernandes, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus familiares: meus queridos pais, que mesmo de longe sempre me deram o maior apoio, que estiveram sempre em sintonia pela oração e pelo coração, e que fizeram com que eu nunca me sentisse sozinha nessa caminhada.

À Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, que foi espaço de formação, convivência, aprendizado e amizade. Agradeço a todos que compõe a Escola, especialmente aos alunos surdos que me ensinaram a ouvir com o coração, a sentir com o olhar e perceber que é possível uma vida mais digna, com possibilidades de mudanças e transformação, não deixando que o preconceito e a discriminação os afastem da autonomia e participação na sociedade.

À Assistente Social e Supervisora do estágio curricular Rosana Centuário Pastorini Rosito, meu muito obrigada pela oportunidade de aprender a ser uma profissional competente e, acima de tudo, uma profissional que luta no cotidiano do trabalho para que as pessoas se sintam bem e garantam seus direitos como cidadãos sujeitos de sua própria história.

Às minhas colegas de faculdade Laís Anzolin, Jéssica Bart e Caroline Freitas que desde o início, em 2009, estiveram presentes na minha vida de uma maneira incrível e admirável. A amizade é um dom que priorizo muito e vocês foram maravilhosas nesta etapa da minha vida, seja pelos trabalhos realizados juntas, seja pelas risadas e brincadeiras, seja pelos momentos difíceis em que fomos suporte uma para a outra. Meu muito obrigado! Vocês são perfeitas! À Cristina Schmitt, que mesmo com pouco contato durante a faculdade, nesses últimos semestres foi essencial nas partilhas, na amizade, nas conversas e desabafos! Obrigada mesmo.

Às minhas Irmãs religiosas, Ir. Leila Lucini, Ir. Ellen Patrícia Fonseca e Ir. Sheila Aparecida Teixeira, com as quais formei um quarteto fantástico para irmos até a faculdade e vivi momentos inesquecíveis de risadas, atrasos, uma esperando pelo término da aula da outra... cansadas, mas, mesmo assim, sempre juntas e dispostas a vencer e continuar seguindo para concluir esta etapa. Amo vocês e agradeço por todo carinho e amizade que se fortalece a cada dia.

Agradeço também a toda Congregação Franciscana Aparecida, que foi a primeira a me motivar à escolha do Curso de Serviço Social. Obrigada pelo trabalho realizado e pela oportunidade de continuar contribuindo com esse carisma, tão significativo para mim e para tantos que convivem com a Congregação. Meu muito obrigada por tudo!

Ao meu amado amigo, companheiro, namorado, com quero ter uma vida inteira pela frente, Francisco do Amarante Ruas Neto! Por me aguentar nos momentos difíceis da construção do TCC, por compreender meu mau humor e cansaço, por sempre me entender, por me incentivar e sempre dizer: "Você consegue! Vai dar tudo certo!" Por entender a minha preocupação nesses meses e, mesmo assim, torná-los mais felizes. Amo você! Obrigada por fazer parte da minha vida de uma forma tão intensa e especial.

Não conseguirei mencionar todos aqui. Mas aos que participaram deste processo, desta conquista, deste sonho realizado: Muito obrigada!

Com muito carinho, amo todos vocês!



Sinal de obrigada em LIBRAS

*“Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração.
(Nelson Mandela)*

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar o itinerário de formação, confirmando novas possibilidades para o enfrentamento das expressões da questão social sofridas pela comunidade surda na sociedade. Para tanto, faz-se uma breve contextualização acerca da historicidade da comunidade surda na sociedade, bem como de sua cultura, identidade, e educação. Reflete-se o desenvolvimento das Políticas Públicas para os Surdos: Educação, Acessibilidade e Trabalho, para alcançar a efetividade dos direitos. Discorre-se sobre a atuação do Serviço Social na Educação, a partir do campo de estágio, a Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, de suas demandas e possibilidades de enfrentamento. Diante disso, enfocam-se as técnicas do Teatro do Oprimido como estratégias de transformação social para os adolescentes Surdos, expressando a experiência da aplicabilidade do Projeto de Intervenção, seus objetivos e o debate sobre as expressões da questão social como o preconceito, a discriminação e a exclusão social, além de demonstrar que o teatro para os surdos é uma alternativa de enfrentamento da questão social. Por fim fazem-se algumas considerações e observações acerca de todo o contexto.

Palavras-chave: Comunicação em LIBRAS. Acesso à informação. Acesso aos Direitos Sociais. Serviço Social na Educação. Técnicas do Teatro do Oprimido.

LISTA DE SIGLAS

LIBRAS	- Língua Brasileira de Sinais
CNAS	- Conselho Nacional de Assistência Social
PEMSE	- Programa Municipal de Execução de Medida Socioeducativa em Meio Aberto
TRIBOS	- Programa Jovens Voluntário
CORAS	- Conselho Regional de Assistência Social
FORTE	- Fórum Regional do Trabalho Educativo
GT	- Grupo de Estudo
FASC	- Fundação de Assistência Social e Cidadania
CMDCA	- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
PCDS	- Pessoas com Deficiências
LA	- Liberdade Assistida
PSC	- Prestação de Serviços à Comunidade
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
CRESS	- Conselho Regional de Serviço Social
PUCRS	- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social
FMDCA	- Fórum Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes
COMDEPA	- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Alegre
LDB	- Lei de Diretrizes e Base
LDBEN	- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
SMED	- Secretaria Municipal de Educação
ACSF	- Associação Cruzeiras de São Francisco
CFESS	- Conselho Federal do Serviço Social
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O MUNDO SURDO: HISTÓRIA, CULTURA, LÍNGUA E EDUCAÇÃO.....	12
2.1 SURDOS E SUA HISTÓRIA	12
2.2 EDUCAÇÃO PARA SURDOS: DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO	14
2.3 CULTURA SURDA.....	17
2.4 LIBRAS: IDENTIDADE SURDA	20
3 PESSOAS SURDAS E SEUS DIREITOS.....	23
3.1 POLÍTICAS SOCIAIS PARA OS SURDOS.....	23
3.1.1 Política de Educação.....	27
3.1.2 Política de Acessibilidade	31
3.1.3 Política do Trabalho	33
4 PESSOAS SURDAS E O SERVIÇO SOCIAL	37
4.1 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO.....	37
4.2 SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO	39
4.3 ACESSO À INFORMAÇÃO.....	44
5 TÉCNICAS DO TEATRO DO OPRIMIDO COMO ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES SURDOS	48
5.1 TEATRO DO OPRIMIDO DE AUGUSTO BOAL	48
5.2 PROJETO DE INTERVENÇÃO: UMA PROPOSTA DIFERENTE.....	50
5.3 ALCANÇANDO OS OBJETIVOS: DENUNCIANDO OPRESSÕES E SINALIZANDO DIREITOS.....	54
5.4 TÉCNICAS GRUPAIS COMO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO OBJETO DE INTERVENÇÃO	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS.....	72

1 INTRODUÇÃO

Com este trabalho de Conclusão de Curso (TCC), procura-se sistematizar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica. Busca-se, assim, relacionar a dialética teoria e prática, apreendidas durante o processo de formação. O tema desenvolvido: Denunciando Opressões e Sinalizando Direitos: A experiência do teatro no trabalho do Serviço Social junto aos adolescentes surdos, vem da experiência do processo de construção e conclusão do projeto de intervenção no período de estágio, realizado na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico com um grupo de adolescentes surdos. Destacam-se, também, todos os elementos constituintes da aprendizagem, entre eles as reflexões críticas sobre o espaço Institucional, identificação de demandas, reelaboração do objeto, planejamento e intervenção, instrumental do Serviço Social, aprimoramento de sistematizações e qualificações teórico-prática.

Todos esses elementos estão desenvolvidos ao longo do trabalho, principalmente com o intuito de demonstrar como os adolescentes Surdos, por não apresentarem a comunicação oral, podem, através de outras expressões como o teatro, manifestar suas demandas e também lutar pelos seus direitos, garantido sua participação social e sua autonomia.

Dentro dessa realidade, procurou-se desenvolver estratégias de enfrentamento para contribuir com a participação social dos adolescentes surdos da Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, a fim de que eles tenham acesso não só à informação, como também à garantia de direitos.

Para tanto, o presente trabalho está fundamentando no método dialético-crítico, a partir do qual faz uma leitura crítica sobre a realidade do campo de estágio, a qual envolve todas as políticas, procedimentos, demandas, usuários, processo de trabalho, competências e área de trabalho do Serviço Social da Instituição. Enfim, tratam-se de todos os movimentos significativos que perpassaram os três níveis de Estágio, principalmente o projeto de intervenção, desde planejamentos até avaliações, analisando o objeto e objetivos, bem como a metodologia utilizada, através dos indicadores sobre o alcance do produto final do projeto.

O Capítulo 2 contextualiza o processo de desenvolvimento da comunidade surda ao longo da história. Visa a questionar e problematizar situações de exclusão e preconceito pelas quais os surdos passaram diante de uma sociedade excludente,

que ignora o diferente. Retratam-se, ainda, as dificuldades quanto ao direito à Educação, destacando-se as lutas e conquistas, explicitando a cultura, a identidade e língua: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que marca grandes avanços na história de resistências da comunidade surda.

O Capítulo 3 se propõe a realizar uma reflexão sobre as pessoas surdas e seus direitos, articulando desigualdades e resistências, perpassando por conquistas, contradições e lutas, a fim de atingir a efetividade dos direitos, através do reconhecimento das políticas públicas como política da acessibilidade, política da educação e política do trabalho.

O quarto Capítulo tem por objetivo expressar a experiência do trabalho do Serviço Social na Educação e as atividades da profissão na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico - espaço em que foram realizados os Estágios Curriculares I, II e III -, ressaltando demandas como a falta de informação quanto aos direitos dos adolescentes surdos, a partir da qual foi elaborado o projeto de intervenção e que possibilitou o trabalho em grupo com os adolescentes surdos.

No quinto Capítulo do trabalho, o objetivo é de conhecer as técnicas do Teatro do Oprimido e sua influência na área social. Pretende-se mostrar o processo e os resultados do projeto de intervenção realizado com os adolescentes surdos da Escola Frei Pacífico e possibilitar uma reflexão diante das expressões da questão social encontrada ao longo do trabalho realizado com os adolescentes surdos.

No último Capítulo, apresentam-se as Considerações Finais, em que são feitas algumas reflexões e observações acerca da intervenção do Serviço Social através de técnicas que possibilitem um trabalho efetivo e eficaz.

Por fim, cabe ressaltar a importância dos anexos que, através das fotos das atividades com os adolescentes surdos, previamente autorizadas pelos responsáveis dos alunos, visualizam e elucidam o desenvolvimento do projeto de intervenção.

2 O MUNDO SURDO: HISTÓRIA, CULTURA, LÍNGUA E EDUCAÇÃO

Neste capítulo faremos algumas considerações sobre o “mundo surdo”, assim citado pela maneira como os surdos/as interagem com sociedade, tendo sua história construída ao longo dos séculos e reconhecida através de movimentos, grupos e organizações que lutaram para que a historicidade das pessoas surdas fosse reconhecida. Dentro de uma cultura própria, de uma língua reconhecida por Lei, e dentro de uma educação que passa da segregação à inclusão, os surdos/as visam a estruturar-se como sujeitos de direitos e serem reconhecidos como protagonistas de sua própria história. Assim, as reflexões do capítulo culminam com questionamentos voltados a toda a sociedade, fazendo pensar sobre a maneira pela qual se modifica uma história de preconceitos e discriminações diante das diferenças.

2.1 SURDOS E SUA HISTÓRIA

A sociedade não conhece nada sobre o povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como ‘coitadinhos’, ‘que pena’, ou lida como se tivessem ‘uma doença contagiosa’ ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento. (STROBEL, 2007, p.21)

Ao longo da história, as pessoas surdas foram tratadas como “deficientes” que não têm capacidade de realizar muitas atividades, sendo privados de terem os mínimos direitos de cidadãos respeitados por não se comunicarem oralmente e por não fazerem parte da cultura da sociedade ouvinte.

Geralmente, os surdos/as são vistos como coitadinhos ou então como agressivos e mal educados. São chamados, por exemplo, de “surdo-mudo”, “mudinho”, “surdinho”, “deficiente”, entre outros termos pejorativos, que expressam o fato de serem considerados incapazes de ter autonomia.

A maioria da população ouvinte¹ não sabe, ou não aceita, que os surdos/as desenvolvem uma cultura própria, que têm seus próprios movimentos, uma língua que os identifica como um grupo social. E isso resulta em vários preconceitos, discriminações e barreiras impostas ao desenvolvimento e participação das pessoas surdas na vida social.

¹ Ouvinte é o termo utilizado para se referir às pessoas não surdas.

Não há muitos registros da história sobre surdos/as. Durante a Antiguidade e a Idade Média, por exemplo, sabemos que eram dominados por ouvintes e, na maioria das vezes, totalmente excluídos da vida social. A presença do povo surdo é tão antiga quanto a humanidade. “Sempre existiram surdos. O que acontece, porém, é que nos diferentes momentos históricos nem sempre eles foram respeitados em suas diferenças ou mesmo reconhecidos como seres humanos” (STROBEL, 2008, p. 42).

Não se sabe até que ponto as pessoas surdas conseguiam sobreviver neste contexto histórico, já que elas apresentam características físicas semelhantes das pessoas ouvintes. Nas primeiras civilizações, houve formas diferentes de tratamento aos sujeitos surdos. Sobre as pessoas surdas no Egito e na Pérsia, Strobel diz:

Para os países Egito e Pérsia, os surdos eram considerados como sujeitos privilegiados enviados dos deuses, porque pelo fato dos surdos não falarem e viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses numa espécie de meditação espiritual. Havia um possante sentimento de respeito, protegiam e ‘adoravam’ os surdos, todavia os sujeitos surdos eram mantidos acomodados sem serem instruídos e não tinham vida social (2008, p. 82).

Em relação à sociedade grega, há registro de escritos dos filósofos Platão e Aristóteles, que defendiam a eliminação de bebês nascidos ‘disformes’. Aristóteles é acusado de ter causado o “sono” de quase dois séculos na educação de surdos/as, pois ao discutir a relação entre audição e linguagem afirmou que a primeira representa o desenvolvimento do pensamento, sendo característica principal da linguagem. Isto levou à interpretação de que surdos/as são incapazes por não possuírem pensamento nem linguagem (STROBEL, 2008).

Segundo Marcondes (2002), a política de Aristóteles associa-se com a ética, pois a política é o contexto em que o homem digno deve realizar suas atividades, sendo que o agir dignamente se caracteriza pela relação com os outros, isto é, pela vida social. Neste cenário de preceitos de um ideal de sociedade e de compreensão ética é que Aristóteles afirma que “quanto, a saber, quais os filhos que se devem abandonar ou educar, deve haver uma lei que proíba alimentar toda criança disforme” (ARISTÓTELES, 1988, p.135).

Na Idade Média, com o poder da Igreja Católica, permaneceu a discriminação em relação aos surdos/as que não desenvolviam a fala oral, pois acreditavam que, como não podiam ouvir, não entendiam os dogmas e códigos religiosos e, por não falarem oralmente, não confessavam seus pecados. Assim, nesta época surdos/as

não-oralizados² eram impedidos de herdar bens, possuir propriedades e até de casar.

Somente na Idade Moderna, com o renascimento da filosofia e das ciências, que a situação dos surdos/as começou a ficar diferente, com o início da institucionalização de metodologias educacionais voltadas para eles/as. Foi na Modernidade que se começou a pensar que as pessoas surdas precisavam ser educadas para ingressarem e participarem na/da sociedade.

Dentro dessa perspectiva histórica, as pessoas com deficiência, especificamente os surdos/as, sofreram preconceito e discriminação por não serem reconhecidos como pessoas de direitos, por serem excluídos da sociedade, por não fazerem parte dos padrões de normalidade em que a mesma estabelece. As pessoas com deficiência se tornaram um problema social, e era mais fácil eliminá-las do que construir possibilidades de integração e inserção na sociedade. Essa lógica permanece na história dos surdos e na sociedade, sendo um grande desafio modificar esse pensamento em que os surdos precisam se adequar à sociedade excludente.

2.2 EDUCAÇÃO PARA SURDOS: DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO

Ao longo da história, a educação dos surdos teve como foco principal a maneira como deveria se desenvolver a linguagem. Alguns apregoavam que esta deveria ser a mesma utilizada pelos ouvintes, enquanto outras correntes achavam mais promissoras as ideias de se criar uma língua baseada na utilização de sinais, que pudessem ser apreendidas tanto pelos surdos quanto pelos ouvintes. Os primeiros registros destas discussões datam do século XVI.

No século XVI, várias argumentações baseavam-se na incapacidade dos surdos desenvolverem uma língua própria e, em consequência, desabilitavam-nos para o processo educacional. Consideravam o surdo como um indivíduo que não tinha competência, além de pensar que estes seriam seres sem pensamento e que somente a língua dava condições de ser humano, ou seja, os surdos, por não a

² Oralismo é um método de ensino para surdos, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através de da língua oral, ou falada. Surdos que utilizaram deste método de ensino são considerados surdos oralizados. Wikipédia, Oralismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Oralismo>.

possuírem, não eram considerados humanos³. A partir das ideias do monge beneditino Pedro Ponce de León⁴, entretanto, esta visão predominante começou decair e, então, pode-se considerar que nasceu a educação dos surdos, ainda que construída com base na escrita. Nessa mesma perspectiva, Rodolfo Agricola (séc. XVI) teve contato com um surdo de nascença e desenvolveu com ele um método próprio de comunicação baseada na língua escrita. Antes disso, porém, Bartollo Della Marca d’Ancora, ainda no século XIV, tentou aliar uma língua baseada em sinais e a língua oral. Alguns anos mais tarde (1579-1629), Juan Pablo Bonet⁵ propôs uma nova forma de comunicação, baseada no alfabeto digital, em que se tinha como proposta ensinar a leitura. A partir de tal proposta, criou uma linguagem de sinais, para que, então, pudesse ensinar a gramática da língua escrita (LODI, 2005).

Posteriormente, Jacob Rodrigues Pereire (1715-1780) tornou-se um grande defensor do Oralismo, ou seja, método de ensino, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo, ainda que esse seja fluente na língua de sinais, é através da língua oral, ou falada. Aperfeiçoou o método criado por Bonet, introduzindo sinais de pontuação, acentuação gráfica e números. Para desenvolver o novo método, contava com doze pessoas surdas em suas experiências (BALDO; IACONO, 2012).

Apesar desse desenvolvimento da educação de surdos/as, segundo Sacks:

A situação das pessoas com surdez pré-linguística antes de 1750 era de fato uma calamidade: incapazes de desenvolver a fala, e portanto “mudos”, incapazes de comunicar-se livremente até mesmo com seus pais e familiares, restritos a alguns sinais e gestos rudimentares, isolados, exceto

³ LÁZARI, Marli Raquel Assunção de Oliveira. Artigo: Política de Educação Especial: Um estudo sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regulação dos PCNs de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/politica-educacao-especial-um-estudo-sobre-inclusao.htm>. Acesso em 25 de março de 2014.

⁴ “O monge beneditino Pedro Ponce de Leon [1520-1584], na Espanha, inicialmente ensinava latim, grego e italiano e conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis. Relatos de seus sucessores indicam que Pedro Ponce de Leon usava como metodologia o alfabeto manual usado por monges, a língua espanhola oral e escrita. Porém ele não publicou nada em sua vida e depois de sua morte a sua metodologia caiu no esquecimento porque a atitude na época era de conservar segredos sobre os métodos de educação de surdos.” (STROBEL, 2008, p. 85)

⁵ “No ano 1620, na história da humanidade, o Juan Pablo Bonet 1579-1629, na Espanha ele trabalhou no serviço secreto do Rei Felipe IV e, foi educador de outro surdo da família Velasco publicou o primeiro livro sobre a educação de surdos em que se apresenta sobre o ensino precoce do alfabeto manual: “*Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*”, nesta publicação contém ilustrações de alfabeto manual utilizado por eles.”(STROBEL, 2008, p. 85)

nas grandes cidades, até mesmo da comunidade de pessoas com o mesmo problema, privados de alfabetização e instrução, de todo o conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, considerados pela lei e pela sociedade como pouco mais do que imbecis – a sorte dos surdos era evidentemente medonha (SACKS, 1990, p. 27).

O Oralismo foi imposto para a educação dos surdos, que tinham que aprender a “falar”. Utilizavam-se severos métodos de fonoarticulação, treinamento de leitura labial e o “acorrentamento” das mãos, para que fosse impedida qualquer tentativa de sinalização pelos surdos, o que prejudicava o aprendizado da fala. Considerado um método que defende a ideia de que os surdos precisam falar e que objetiva o ensino da língua falada, o Oralismo afeta todo processo de construção da comunidade surda, a qual luta para ter sua própria identidade, seus direitos e sua autonomia diante da sociedade ouvinte. Há quem defenda o Oralismo e acredite ser a melhor abordagem educativa para os surdos. Na atualidade, porém, a Língua de Sinais está sacramentada como língua mãe para os surdos, sendo o Oralismo uma opção, uma escolha de cada surdo/a por utilizá-lo ou não.

No Brasil, já na segunda metade século XIX, passou-se a ser colocada em prática a Educação Especial. Até então, o sistema educacional brasileiro era excessivamente elitista, privando as classes populares do acesso ao sistema, o que resultava em um grande índice de analfabetismo dessas populações. A primeira Constituição Nacional, de 25 de março de 1824, previa a instrução primária gratuita para todos, entretanto, impedia as pessoas consideradas incapacitadas fisicamente ou moralmente dos direitos políticos e, em efeito, do acesso à escola.

O início da educação das pessoas com deficiência começou no ano de 1854, no governo imperial de D. Pedro II, por meio da fundação do Instituto dos Meninos Cegos através do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854.⁶ Logo após, no ano de 1857, surgiu o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, com a missão de capacitar recursos humanos na área de deficiência auditiva. Esta organização realizava estudos e pesquisas na área de surdez; elaborava informativos técnico-científicos voltados ao seu público alvo; articulava, junto às demais entidades da sociedade organizada, convênios para estágios de universitários; promovia a capacitação profissional do aluno surdo, além de realizar seminários e fóruns permanentes sobre o tema.

⁶ Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro-1854-508506-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 mar.2014.

O pressuposto é, portanto, de que a pessoa com deficiência precisa ser incluída na sociedade, tendo como princípio suas potencialidades, e que a sociedade precisa se adaptar para garantir a plena participação das pessoas com deficiência. Entretanto, é preciso entender que esta é uma compreensão em processo, a qual precisará de tempo para ser implantada.

A partir da década de 1980, um movimento mundial detectou a necessidade de a implantação da política educacional para os surdos ser baseada no bilinguismo e, desde então, recebe o apoio de comunidades surdas com grande sucesso. Ao contrário do oralismo, a abordagem bilíngue busca não dar atenção à fala, estando concentrada nos sinais. O objetivo é de que o surdo/a compreenda e sinalize fluentemente primeiro sua Língua de Sinais e depois o letramento na língua oral da comunidade onde está inserido, no caso do Brasil, o português.

O conceito mais amplo do bilinguismo é definido pela situação sociocultural da comunidade surda como parte do processo educacional. É significativo afirmar que o bilinguismo para a criança surda, a qual está desenvolvendo a língua, é muito importante, pois propiciará à criança um desenvolvimento pleno e integral. Pode se dizer que é uma filosofia educacional que implica em muitas mudanças em todo sistema educacional para os surdos. É preciso, essencialmente, que os surdos vivam em espaços em que não haja repressão de sua condição de surdo, onde possam se expressar mantendo situações prazerosas de comunicação e de aprendizagem.

2.2 CULTURA SURDA

Os surdos/as estão incluídos no movimento da história da humanidade, também constroem e reconstroem a si mesmos e às suas necessidades. Assim, são sujeitos sociais que produzem, reproduzem, modificam e vivem a/cultura.

Cultura é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la. [...] Assim, cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações e grupos humanos. (SANTOS, 1994, p.7).

O sujeito surdo tem uma cultura própria elaborada de maneira diferente da cultura do ouvinte. Para interagir com ele, é preciso conhecer e usar sua forma de comunicação, por isso o sujeito surdo tem dificuldade de encontrar espaço de expressão e participação. Suas necessidades e realidades não são contempladas devido à sociedade ser pensada para e por outra cultura. Frente a essa realidade, é preciso pensar em alternativas para incentivar os surdos ao uso criativo de seus potenciais, desenvolvendo ações de resgate dos seus direitos e respeito às suas diferenças.

Caracterizam-se as pessoas surdas como um grupo étnico e não como “deficientes”, pois não estamos considerando a falta da audição como lesão, doença ou defeito. Considera-se que a surdez concede o desenvolvimento de uma cultura com características visuais e, com efeito, a existência de uma identidade cultural diferente das culturas e identidades da sociedade ouvinte.

Seguindo essa perspectiva da diversidade das culturas, os surdos mantêm uma cultura que forma uma comunidade, um povo: o “povo surdo é o grupo de sujeitos surdos que usam a mesma língua, que tem costumes, história, tradições comuns e interesses semelhantes” (STROBEL, 2008, p. 30).

As pessoas surdas vivem em uma cultura diferente da cultura hegemônica dos ouvintes:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. (STROBEL, 2008, p. 24).

Para o desenvolvimento da identidade surda, é muito importante o convívio entre surdos/as desde a infância, possibilitando a socialização da criança surda através dos costumes e valores da cultura surda. Mas, infelizmente, muitos surdos/as só vêm a ter contato com a comunidade já na idade adulta, pois muitas famílias ouvintes não inserem seus filhos surdos/as nas escolas específicas deixando-os sem contato com a cultura surda (STROBEL, 2008). No Brasil existe uma longa história de organizações de surdos/as (associações, federações, igrejas etc.), é nesses locais que o povo surdo se reúne e em que se defendem as práticas dos ouvintes que não respeitam sua cultura.

A cultura surda é formada, segundo Strobel (2008) pelos seguintes artefatos culturais: experiência visual, linguística, familiar, literatura surda, vida social e esportiva, artes visuais, política e materiais. A experiência visual reporta-se ao fato

de que surdos/as substituem a audição pela visão, utilizando este sentido para relacionar-se com o meio social. Por exemplo, se uma criança surda está em um ambiente onde adultos ouvintes conversam por meio da língua oral, a criança fica sem entender o que está acontecendo e não assimila palavras e significados que estão sendo transmitidos. A sociedade precisa proporcionar recursos visuais nos mais diversos espaços, para, assim, facilitar a participação dos surdos/as e garantir acessibilidade.

A Cultura surda caracteriza-se pelo jeito como o sujeito surdo entende o mundo e pelo qual quer modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo. Descreve a pesquisadora surda:

[...] As identidades surdas são construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas moldam-se de acordo com maior ou menor receptividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro dessa receptividade cultural, também surge aquela luta política ou consciência oposicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que o tornam corpo menos habitável, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes, de menos valia social. (PERLIN, 2004, p. 77-78)

Para melhor viver e se incluir sem a sensação de invalidez, conforme cita a autora acima, os surdos/as ajustam o meio em que vivem às suas necessidades, empregando-se de alguns materiais, tecnologias, que lhes concedem acessibilidade, por exemplo: TDD (Telephone Device for the Deaf)⁷, instrumentos luminosos (campanha das casas e escolas de surdos/as), despertadores com vibração, legendas closed-caption, babá sinalizadores, torpedos em celulares, bate-papos na internet por via escrita ou webcam, etc.

A vida social e tudo que está ligado à vida esportiva e o que se refere ao ato político da cultura surda, diz respeito aos momentos e movimentos organizados pelos surdos/as para fomentar o lazer, o esporte, as discussões e ações políticas em prol da comunidade surda.

É importante ressaltar que ser surdo e viver a cultura surda é acima de tudo saber que se pode falar com as mãos e aprender uma língua oral-auditiva, através da qual irá conviver com pessoas que, em um espaço de barulhos, defrontam-se

⁷ (TDD) Um Dispositivo de Telecomunicações para Surdos é um teletipo, um dispositivo eletrônico para comunicação de texto ao longo de um telefone de linha, que é concebido para ser utilizado por pessoas com audição ou fala com dificuldades.

com pessoas que estão percebendo o mundo, principalmente, pela visão, e isso os torna diferentes e não necessariamente deficientes. A diferença está no modo de compreender o mundo e no modo como lidamos com as diferenças. Isso gera valores, comportamentos e tradições, aspectos que caracterizam a “Cultura Surda”.

2.3 LIBRAS: IDENTIDADE SURDA

Conviver no universo das pessoas com deficiência envolve uma mudança de paradigmas. Para os surdos, as mudanças acontecem quando são aceitos e respeitados em suas diferenças. Os surdos apresentam uma perda auditiva, problema de ordem sensorial, o que dificulta sua comunicação pelas línguas orais, determinando a necessidade de recorrer a outro canal para se expressar: a língua de sinais.

A comunicação é um fator de extrema importância seja para os surdos, seja para aqueles que têm dificuldade na expressão, e a falta dela acarreta sérios problemas em seus cotidianos. Para os surdos, por exemplo, a não comunicação oral resulta no fato de que o indivíduo dependa de outra pessoa, dificultando o desenvolvimento da autonomia e o exercício de serem sujeitos de direitos, autores de sua própria história.

Um marco importantíssimo na educação de surdos foi a criação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. De acordo com o Ministério da Educação do Brasil, as garantias individuais do surdo e o pleno exercício da cidadania alcançaram respaldo institucional decisivo com a Lei Federal nº 10.436 de 24 de abril de 2002, em que foi reconhecido o estatuto da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda. Santana afirma que:

Conferir a Língua de Sinais, o estatuto de língua não tem apenas repercussões linguísticas e cognitivas, mas também sociais. Se ser anormal é caracterizado pela ausência de língua e de tudo que ela representa (comunidade, pensamento, aprendizagem, etc), a partir do momento em que se tem a língua de Sinais como língua do surdo, o padrão de normalidade também muda. Ou seja, a Língua de Sinais legitima o surdo como “sujeito de linguagem” e é capaz de transformar a “Anormalidade” em diferença. Isso é resultado de uma luta pela redefinição do que é considerado normal. A ideia de que a surdez é uma diferença traz com ela uma delimitação de esferas sociais: a identidade, a cultura surda, a comunidade surda (SANTANA, 2007, p.33).

É importante ressaltar que os surdos foram os principais protagonistas da conquista desta Lei, a partir da qual saíram da condição passiva, bem como da visão assistencialista, em que o surdo era totalmente dependente, passando a ver maiores possibilidades para construir sua própria história, assumindo responsabilidades, para tornar-se um cidadão ativo na sociedade.

A língua de sinais é um instrumento muito importante para os surdos, pois não lhes pode ser negado o direito de usufruir dos benefícios de uma língua. Aceitar a diferença do surdo e conviver com a diversidade humana é, portanto, um desafio proposto à sociedade. É preciso crescer em nível de consciência, pois, antes da deficiência, está a pessoa, e toda pessoa deve ser tratada com total igualdade, com respeito e garantia de seus direitos como sujeitos.

Diante da sociedade que exclui o diferente, aumentando as desigualdades, a falta de condições para a comunicação provoca o distanciamento da oportunidade de a população em geral ter acesso ao aprendizado em LIBRAS, bem como, muitas vezes, reflete a falta de interesse desta população em aprender. Como consequência, a vida social apresenta espaços nos quais os surdos não são atendidos em sua língua, representando a questão social que acarreta a exclusão, o preconceito e a discriminação para com os surdos.

Todas as pessoas têm a necessidade de serem entendidas, porém, muitas julgam aos surdos como “incapacitados”, desabilitando-os em suas reais habilidades e fazendo com que surdos e ouvintes se distanciem ainda mais de uma inclusão social. É importante proporcionar vivências pertinentes à cultura surda, ressignificando a importância da comunicação através da LIBRAS.

As Línguas de Sinais (LS) são as línguas naturais das comunidades surdas. Ao contrário do que muitos imaginam as Línguas de Sinais não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. São línguas com estruturas gramaticais próprias. Atribui-se às Línguas de Sinais o status de língua porque elas também são compostas pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. O que é denominado de palavra ou item lexical nas línguas oral-auditivas são denominados sinais nas línguas de sinais. O que diferencia as Línguas de Sinais das demais línguas é a sua modalidade visual-espacial. Os seus usuários podem discutir filosofia ou política e até mesmo produzir poemas e peças teatrais. (O QUE É LIBRAS)⁸

Como os surdos não possuem a comunicação verbal e utilizam-se da comunicação gestual-visual, que é a língua dos sinais, deve-se compreender como

⁸ O QUE É LIBRAS. In: Núcleo de Educação Inclusiva. Disponível em: <http://www.nei.ufop.br/libras.php>. Acesso em: 23 mar. de 2014.

uma comunicação que tem suas próprias características, que devem ser reconhecidas como tal.

A utilização da LIBRAS é parte da identidade surda, pois uma língua compartilhada compreende também formas de se relacionar em comunidade e de ser surdo. É dar voz a essa cultura que possibilita o entendimento de suas necessidades, anseios e expectativas, podendo facilitar o atendimento a essas necessidades, o que caracteriza a forma mais expressiva do exercício da cidadania. Um dos seus objetivos é estimular a independência, fortalecendo a participação social e a habilidade de resolver as dificuldades do cotidiano, buscando soluções e alternativas viáveis para uma relação social igualitária.

Dentro de uma sociedade capitalista e excludente, como a em que vivemos, onde a ideia de igualdade é minimizada, visa-se a criar processos e projetos de sensibilização e conscientização, que contribuem para que as opressões cotidianas não se agravem, elevando não só a capacidade de identificar as violações dos direitos e de exigirem sua reparação, como também de desenvolver uma consciência crítica nos indivíduos e na comunidade surda em geral.

Faz-se necessário, também, que os surdos busquem seus direitos como cidadão surdo, para que tenham acesso igualitário em todos os espaços da sociedade, valorizando e reconhecendo sua cultura e suas próprias características, a partir das quais é, e sempre foi, alvo da hegemonia da cultura ouvinte.

3 PESSOAS SURDAS E SEUS DIREITOS

Debater e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.190).

É preciso reconhecer que a pessoa com deficiência, como qualquer outra pessoa, tem necessidades nas diversas áreas da vida humana, e que a igualdade de direitos mostra que essas mesmas necessidades são muito importantes, pois abrangem todos os espaços da participação social, educacional, cultural, de saúde, enfim, o necessário para que as pessoas tenham uma vida digna. A Constituição Federal garante os direitos dos cidadãos e das pessoas com deficiência e, como cidadãos, os surdos são dignos do exercício aos direitos em todas as áreas da vida humana.

O presente capítulo propõe-se a realizar uma reflexão sobre as pessoas surdas e seus direitos, perpassando pelas lutas e conquistas, bem como pelas contradições e lacunas que ainda devem ser reconhecidas na busca pela real efetivação em um contexto de violações. Procura-se fazer uma análise sobre políticas públicas para os surdos/as em garantia de seus direitos como acessibilidade, educação e trabalho.

3.1 POLÍTICAS SOCIAIS PARA OS SURDOS

Explica-se que as políticas sociais surgiram associadas ao desenvolvimento da sociedade Burguesa⁹ e é notório que as políticas sociais no capitalismo são um campo de contradições, de luta de interesses. Da história das políticas sociais, acentua-se o neoliberalismo¹⁰, que defende um Estado com poucos gastos sociais e regulamentações econômicas.

No artigo intitulado “Comunidade Surda”, as demandas no campo dos direitos, da inclusão e da participação social, Samira Kauchakje (2003), assistente social, afirma que, no Brasil, os direitos que fazem referência à igualdade não foram

⁹ No século XVIII, quem era a burguesia? Eram os escritores, os doutores, os professores, os advogados, os juizes, os funcionários - as classes educadas; eram os mercadores, os fabricantes, os banqueiros - as classes abastadas, que já tinham direito e queriam mais.(HUBERMAN,2011, p. 160)

¹⁰ Estaremos durante o capítulo desenvolvendo melhor o tema “neoliberalismo”.

garantidos no cotidiano da vida e das relações sociais. Assim, para a autora, “[...] numa sociedade em que há acentuada desigualdade social, os direitos das pessoas que fazem parte das minorias, tais como os surdos, tendem a ser reiteradamente desrespeitados” (KAUCHAKJE, 2003, p. 63).

Constatam-se, assim, as dificuldades das pessoas surdas em desenvolver e afirmar sua identidade cultural por causa da opressão, clara ou mascarada, da ideologia ouvintista. Deste modo, fazem-se necessárias políticas sociais que proporcionem aos surdos/as acesso, subsequência e aproveitamento das produções culturais da comunidade surda e, também, de outros direitos como educação, saúde, lazer, trabalho, etc.

Do ponto de vista social, atesta-se o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo. [...] Do ponto de vista político, observa-se uma crise da democracia, com visível esvaziamento das instituições democráticas, por uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática, assumida pelos poderes executivos, cuja maior expressão são as práticas decretistas. No terreno, da cultura, vê-se o aprofundamento do individualismo, do consumismo e do pensamento único. (BEHRING, 2006a, p. 14)

Ora, mesmo em meio a essas consequências e contradições do neoliberalismo, mesmo com poucos direitos efetivados e regulamentados, há avanços na trajetória sobre os direitos reconhecidos no campo social.

Foram muitas as lutas, os movimentos e os conflitos da sociedade brasileira para a conquista dos seus direitos. Como apresentado no capítulo anterior, houve momentos da história que nem mesmo o direito à vida era garantido aos surdos/as, evidenciando que a conquista de vários direitos deu-se a partir de lutas das comunidades, entidades e movimentos de surdos/as, que permanecem presentes atualmente na nossa sociedade, lutando para que lhes sejam garantidos o acesso aos serviços públicos e privados, e para que sejam reconhecidos como uma etnia, um povo com cultura e língua.

Antes da Constituição Federal de 1988, havia poucas leis que apresentavam questões referentes aos surdos/as. Analisando as Constituições anteriores, observa-se que os classificados/as como “deficientes” eram vistos como incapazes ou inferiores (BRASIL, 1988). As Constituições de 1824 (Art. 8º) e 1891 (Art. 71) tratavam das pessoas com deficiência quando se referiam à suspensão dos direitos políticos, visto que um dos motivos para essa suspensão era incapacidade física ou moral do ser humano. No Art. 132 da Constituição de 1946, determina-se que não

podem alistar-se como eleitores os cidadãos analfabetos ou os que não sabiam se exprimir na língua nacional. Consequentemente, a grande maioria dos surdos/as tinha seus direitos políticos negados, já que, geralmente, eles/as não sabiam ler ou falar a língua portuguesa.

Foi na Constituição de 1988, considerada de grande importância para a concretização dos direitos, que se deu mais atenção às pessoas com deficiência. Os direitos sociais são descritos no Art. 6º desta Constituição como: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. Já o Art. 5º certifica a igualdade de todos perante a lei, sem distinções de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Os direitos garantidos, especificamente, para as pessoas com deficiência são registrados nos seguintes artigos da Constituição de 1988: Art. 7º, inciso XXXI; Art. 23, inciso II; Art. 24, inciso XIV; Art. 37, inciso VIII; Art. 203, incisos IV e V; Art. 208, inciso III; Art. 227, parágrafo 1º, inciso II e parágrafo 2º e, Art. 244 (BRASIL, 1988). Nestes artigos, constata-se que as pessoas com deficiência puderam ter os seus direitos reconhecidos. A menção a estes direitos na Constituição Federal foi, sem dúvida, de grande contribuição e importância para as pessoas com deficiência e para os surdos/as, significando grande avanço e contribuindo para a consolidação de outras Leis em favor das pessoas surdas em momentos posteriores da história do país.

A aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2006 – que foi promulgada através do Decreto nº 6.949, de 25/08/2009 (BRASIL, 2009) – representa um marco na história e implementou alguns princípios, a saber: o respeito pela dignidade inerente à pessoa humana, a autonomia individual, a inclusão da liberdade de fazer suas próprias escolhas, a independência das pessoas, a não discriminação, a participação e inclusão plena e efetiva na sociedade, o respeito pela diferença e aceitação dos/as “deficientes” como parte da diversidade e da condição humana, a igualdade de oportunidades, a acessibilidade, a igualdade entre homens e mulheres, além do respeito pela evolução das capacidades das crianças “deficientes” e o direito à preservação da identidade.

Com relação aos direitos assegurados aos surdos nessa convenção, os Art. 2º, 9º e 30º, em que são reconhecidas a língua de sinais e outras formas de

comunicação não falada como meio de comunicação, sendo-lhes garantido pela lei supracitada o apoio à língua de sinais e à cultura surda. No Art. 24º, é garantida uma educação adequada às pessoas surdas e cegas, ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação que favoreçam ao máximo o desenvolvimento acadêmico e social. Cabe aos Estados tomarem medidas que facilitem o aprendizado da língua de sinais e a promoção da identidade linguística da comunidade surda; encaminhar medidas apropriadas para empregar professores, inclusive surdos/as, habilitados para o ensino da língua de sinais; e capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino.

Nas últimas décadas, importantes avanços nas políticas públicas vêm desenvolvendo no Brasil a ideia da pessoa surda como pessoa de direito e não apenas uma pessoa com deficiência. A proteção social à pessoa com deficiência no âmbito da política pública de assistência social é concebida como direito, configurando-se, portanto, como dever do Estado, devendo ser assegurada por meio de serviços, benefícios, programas e projetos que promovam proteção social, nos termos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742 de 07/12/1993). No artigo 203º, parágrafo IV e V da Constituição consta:

IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988)

A nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) reafirmam a atenção à pessoa com deficiência, como destinatário da Política de Assistência Social, na responsabilidade que tem de promover ações, visando à garantia do atendimento das necessidades básicas, por meio do acesso a um conjunto de ações que favoreçam as pessoas com deficiências, em especial com relação aos processos de habilitação, reabilitação e integração a vida comunitária (BRASIL, 1993).

A atenção à pessoa com deficiência no âmbito de Proteção Social Básica insere-se no contexto geral das ações deste tipo de proteção e caracteriza-se pela criação de atividades socioeducativas para o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento/empoderamento das famílias e seus indivíduos, de convívio, acesso à renda (BPC) e geração de renda. A política pública é a forma de concretizar a ação do Estado, constituinte de uma mudança social e significativa de um investimento de

recursos, privilegiando um instrumento de dominação e mudança no cenário nacional do país. O espaço da política social é interdisciplinar e “a inteligibilidade e a eficácia da política só poderão ser alcançados, mediante a vinculação orgânica de diferentes achados científicos produzidos por disciplinas particulares” (PEREIRA, 2001, p.82).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) realiza ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil e tem por objetivo garantir a proteção social, bem como a reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e também o pagamento de benefícios para elas. O Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência integra os serviços propostos na Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com as normas do SUAS. Porém, essas ações não são completamente efetivadas, tendo uma fragilidade nas suas execuções. O desafio é que essa política seja repassada para o usuário e que ele participe e se articule através de conselhos, grupos e debates, que acompanhe o desenvolvimento da mesma, não somente recebendo de forma assistencialista os serviços de que participa, mas que seja protagonista. E, a cunho democrático, o maior desafio é de que sejam cidadãos atuantes e críticos diante da sociedade.

3.1.1 Política de Educação

Entre as políticas sociais para os surdos, uma das que se destaca é a política de educação, a qual, no Brasil, tem sua trajetória marcada por avanços significativos ao longo da história. Essas lutas e avanços transformam-se em resistências, que demonstram o fato de a população ter possibilidades de conquistar seus direitos através de suas ações e participação social.

As políticas públicas destinadas ao atendimento de pessoas com deficiência têm estado presente quase sempre em um campo muito contestado. Em 1961, com a primeira LDB (Lei 4024/61), já se dava ênfase no sentido de conceber a educação como direito de todos e de recomendar a integração da educação especial ao sistema nacional de educação. Já a Lei 5692/71, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional supracitada, também reafirmou a necessidade de se conferir um tratamento adequado aos alunos com “necessidades especiais”.

É importante ressaltar aqui a nomenclatura citada pela Lei, referenciando os alunos com o termo “necessidades especiais”. A sociedade em geral desconhece que o uso de determinada terminologia pode reforçar a segregação e a exclusão. Cabe esclarecer que o termo "portadores" implica em algo que se "porta", que se carrega. Remete, ainda, a algo temporário, como portar um documento ou ser portador de uma doença. Quando se rotula alguém como "portador de deficiência", ressalta que a deficiência está acima da pessoa humana, como se fosse uma marca.

Ao longo da história, a terminologia modificou e passou a ser “pessoa com deficiência”, que permanece até hoje. A diferença entre esta e as anteriores está na valorização da pessoa, onde ela, pessoa, está à frente de sua deficiência. Ressalta-se e valoriza-se a pessoa, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais. A construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem, que pode expressar o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiência.

Seguindo com a construção das políticas públicas na educação, a Constituição de 1988, em seu artigo 208º determinou ser dever do Estado o atendimento educacional especializado, às pessoas com deficiência, na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Mas foi só depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN (9394/96) que a educação especial passou a ser objeto de muitos debates, principalmente no que se refere ao seu artigo 58º, no qual consta que “essa modalidade de educação deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para os alunos portadores de necessidades especiais”. Buscando atender as especificidades impostas pela nova LDB, começou-se a procurar a maneira mais adequada de comunicação, culminando com a oficialização da LIBRAS, que, inclusive, está completando doze anos no decorrente ano.

A partir das novas concepções determinadas por marcos legislativos, passou-se a vigorar a ideia de que a inclusão do aluno surdo no ensino regular tem um papel determinante para o desenvolvimento, não apenas educativo, mas de todo o contexto sociocultural do indivíduo. Tal afirmação está diretamente relacionada ao fato de o comprometimento da perda da capacidade auditiva acarretar enormes dificuldades de socialização com pessoas ouvintes, carecendo, então, de intervenções pedagógicas, familiares e sociais, para que o processo de integração ocorra de forma agradável às pessoas com deficiência e, conseqüentemente,

levando-as a uma socialização completa com o mundo que as rodeia (SOUZA; MACÊDO, 2002).

Contudo, várias discussões são formuladas, mas há resistências no âmbito governamental para substituição de algumas políticas tidas como de interesse social absoluto, por exemplo, o caso da inserção dos alunos surdos em salas de aula com alunos ouvintes. Considerando as políticas governamentais como algo recente e com pouco tempo de aplicação prática, pode-se dizer que as propostas para educação dos surdos no Brasil ainda precisam ser mais estudadas e aprofundadas para novos avanços e novas alternativas de aperfeiçoamento das políticas.

Para as autoras Souza e Góes (1999), retratando o contexto integração/inclusão escolar, refletem sobre a educação brasileira e a situação da política e da economia que marcam política educacional.

Ao nosso ver, é quase impossível, no momento, que uma escola, seja qual for, dê conta de todo e qualquer tipo de aluno, como é o caso do deficiente mental, do surdo, da criança de rua ou do trabalhador rural. Para atender com dignidade aos que nela já estão novas iniciativas pedagógicas se fazem necessárias. Iniciativas que demandariam a construção de um novo entendimento político e ideológico do que seja escola, uma abordagem que pudesse enfrentar o fracasso de forma efetiva (SOUZA; GÓES, 1999, p.168).

A reflexão em que a situação política e econômica, anunciada pelo sistema neoliberal em que vive a sociedade, compromete a educação no país, dificultando a inserção das pessoas com deficiência na Escola regular. O seguimento do projeto neoliberal fundado no “Estado Mínimo” na compreensão reprodutivista de educação e da dependência às regras globalizantes do mercado, está relacionado às reformas constitucional, administrativas e de ensino, reformas estas que afetam conquistas sociais e a qualidade da educação.

Em suma, a educação brasileira comportável como o Estado Mínimo, está concomitantemente ligada à orientação política atualmente dominante. Dentro da concepção neoliberal, em que se instiga a valorização dos mecanismos de mercado, apela-se à iniciativa privada e às organizações não governamentais em lugar e papel do Estado e das iniciativas do setor público.

A política de desobrigação do Estado com a educação pública, gratuita e de qualidade vem excluindo cada vez mais crianças, jovens e adultos da escola, e aprofundando desigualdades sociais. Se é esse o horizonte que se apresenta, então até que ponto faz sentido o processo de “inclusão”? Dentro dessa política, ela é economicamente barata, já que um mesmo professor pode atender, sem capacitação, a trinta alunos ou mais que, no final das contas, não terão mesmo muitas perspectivas de ascensão social

ante a sociedade competitiva em que estão colocados (MACHADO, 2008, p.44).

Corroborando o texto acima transcrito, é preciso questionar a real situação em que se encontra a chamada “inclusão” que o Estado quer implementar, pois não basta inserir um aluno com deficiência na sala de aula e ignorar suas necessidades. Não basta propiciar atendimento especializado se a escola não modifica suas organizações pedagógicas, suas produções de saberes e suas concepções.

Nessas condições, é praticamente impossível que a escola consiga atender realmente os alunos com deficiência. Especificamente com os surdos/as, a inclusão na escola regular requer muitas mudanças, está entre elas, principalmente, o conhecimento da língua de sinais, fundamental para a comunicação integral com os surdos/as. É importante ressaltar que as Escolas Especializadas para educação do surdo ainda são a melhor possibilidade de educar na sua integridade, valorizando sua cultura, seus costumes e sua identidade.

A escola deve voltar o olhar para o aluno privilegiando a sua singularidade e particularidade como um sujeito histórico e social, opondo-se a um programa educacional único e oficial, como se fosse a única maneira da prática pedagógica e como se a escola precisasse ser igual para todos. Quadros (2003) reafirma que a educação deveria estar alicerçada em um plano que atendesse realmente às diferenças: diferenças sociais, políticas, linguísticas e culturais. Porém, tristemente, a realidade exprime a inclusão massificadora, destinando-se a atender interesses políticos que têm por base a homogeneidade.

Os direitos à educação e ao aprender são direitos de todos e de cada uma das crianças e adolescentes, mas não uma educação qualquer. O direito à educação de qualidade é um direito de “toda pessoa”, sem qualquer tipo de discriminação, independente de origem étnica, racial, social ou geográfica. Compreende, portanto, a igualdade de oportunidade em todos os casos, mas, antes de tudo, compreende a capacidade de diminuir as desigualdades sociais e da discriminação, especialmente da classe social e economicamente menos privilegiada.

3.1.2 Política de Acessibilidade

A falta de comunicação visual através da LIBRAS e de símbolos visuais é uma dificuldade no cotidiano dos surdos/as. Eles enfrentam diversos problemas em relação à falta de comunicação no transporte público, bancos, hospitais, escolas, comércio e nos ambientes de lazer e cultura, o que caracteriza a falta de acessibilidade.

A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, atribui como responsabilidade do Poder Público o dever de promover a eliminação de barreiras na comunicação, a formação de profissionais tradutores-intérpretes de língua de sinais e a garantia do direito ao acesso das informações transmitidos pelos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens pelos surdos/as, conforme os seguintes artigos:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas com deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento (BRASIL, 2000).

Como se pode perceber com o convívio em nossa sociedade, falta muito para que a Lei seja executada completamente. Fica, então, o questionamento de que: Se o Estado tem o papel de promover a eliminação de barreiras na comunicação e garantir o direito dos surdos/as de terem acesso às informações, porque ainda não existe acessibilidade em tantos locais, sejam públicos ou privados? Em 2004 foi aprovado o Decreto Federal nº 5.296, que regulamenta as Leis nº 10.048¹¹ de 2000, e a Lei nº 10.098¹², estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade dos/das “deficientes”. Das definições apresentadas no Art. 8º, destacamos:

¹¹ Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

¹² Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

I- acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em: d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa. (BRASIL, 2004)

Mesmo com essas garantias legais, a falta de acessibilidade é visível, faltam tradutores-intérpretes, faltam legendas na televisão e no cinema e faltam símbolos que favoreçam a interação e a comunicação para os surdos/as. É necessário mais comprometimento do Estado, em todas as esferas de governo, com o direito das pessoas surdas à participação plena e autônoma na sociedade. Constata-se que a questão da acessibilidade da comunicação para surdos/as perpassa diversas áreas da vida social.

O reflexo dessa concepção, especialmente nos espaços construídos, é a constituição de verdadeiras barreiras arquitetônicas para aqueles que não se enquadram no padrão artificial de ser humano. A concepção de uma sociedade indiferenciada em relação à constituição física é, no mínimo, politicamente conservadora, o que, além das consequências apontadas, facilita o controle social dos indivíduos. Controle esse que é estendido espacialmente pelo ordenamento e pela massificação da forma construída, tendo como resultados a segregação urbana e as barreiras arquitetônicas. (LIPPO, 2000, p.345-352)

A grande contradição das relações sociais é acarretar a padronização, tendo em vista que o ser humano é distinto, não se equipara. Além disso, tem-se que a dinâmica da existência humana não se modela aos padrões determinados, assim, a discussão da acessibilidade refere-se ao movimento das relações sociais que criam impedimentos, pois a deficiência está na incapacidade das estruturas sociais identificarem a necessidade das diversas condições humanas.

Fomentar a acessibilidade é, então, instruir a sociedade, torna-la capaz de admitir que a diversidade faz parte de seu movimento e de sua constituição. Porém, para proporcionar isso, é necessária uma transformação nas condições materiais e simbólicas da vida em sociedade, para que os surdos/as sejam realmente vistos como cidadãos na garantia de seus direitos.

A igualdade de direitos para todos requer investimento em acessibilidade para incluir os diversos problemas sobre as diferenças. Assim começa o enredo dos segmentos sociais no processo de proporcionar a qualidade de vida e a

possibilidade de ampliação do potencial dos cidadãos que, até então, são considerados “incapazes”.

O grande paradoxo das relações sociais é produzir a padronização tendo em vista que o ser humano é diverso, não se iguala que a dinâmica da existência humana não se molda aos padrões estabelecidos. Assim a discussão da Acessibilidade nos remete ao movimento das relações sociais que criam as interdições, pois, é a deficiência das estruturas sociais (instituições, escolas, família, comunidade, mídia, espaços construídos, etc.) em reconhecer a diversidade da condição humana. Promover a Acessibilidade então é tornar a sociedade capacitada, apta a reconhecer que a diversidade faz parte de seu movimento, de sua constituição. Para viabilizar isso é necessária uma transformação nas condições materiais e simbólicas da vida em sociedade (FERNANDES, 2003, p. 78).

Quando se fala em direitos das pessoas com deficiência, a referência é do direito ao acesso a um mundo que foi historicamente banido e que precisa se tornar acessível através das políticas públicas e da organização de toda sociedade. Só se reconhece a inclusão quando se reconhece a diversidade, pois se reconsidera a condição contextual dos sujeitos, aceitando suas diferenças, incluindo-as na organização de sua vida social. Para desenvolver uma sociedade acessível para todos/as, é necessário desconstruir antigos pré-conceitos de conformidade e descobrir o verdadeiro valor permanente na diversidade humana.

3.1.3 Política do Trabalho

Ressaltando a Política de Acessibilidade, será disposta aqui a falta de acessibilidade na Política do Trabalho para os surdos, que acabam encontrando dificuldades para se inserir no mercado de trabalho.

Sobre o trabalho, foram criadas Leis que proíbem qualquer tipo de discriminação no que diz respeito ao salário, critérios de admissão e condições de trabalho, e foram instauradas regras para reserva de um percentual de vagas para as pessoas com deficiência nas empresas privadas ou no serviço público. Sobre a reserva de vagas, na Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, determina-se que seja ofertado percentual de vagas, que devem ser destinadas para as pessoas com deficiência em concursos públicos. Devem ser reservadas, portanto, até 20% das vagas oferecidas e assegurado o direito das pessoas com deficiência de se inscreverem em cargos que sejam compatíveis com a sua “deficiência” (BRASIL, 1990, Art. 5º).

Nos editais dos concursos públicos consta que as pessoas com deficiência concorrem em igualdade de condições com os demais candidatos/as. Mas, fica o questionamento de onde está a igualdade de condições para os surdos/as, que, mesmo tendo sua língua aprovada legalmente, fazem provas, objetivas e discursivas, em língua portuguesa?

Assim, os surdos/as sentem-se prejudicados nessa competição por vagas. As vagas designadas às pessoas com deficiência são frequentemente ocupadas por pessoas com deficiência física, já que estes estão realizando a prova em sua língua natural, enquanto para os surdos/as a língua portuguesa é a segunda língua.

Para as empresas privadas existe a determinação da Lei de cotas, de nº 8.213, 25/07/1991, que reserva, em empresas com mais de 100 funcionários, de 2% a 5% dos cargos para pessoas com deficiência. Embora muitos empregadores ressaltem que não há trabalhadores/as com deficiência capacitados e qualificados para as vagas ofertadas, entendemos que as empresas persistem com posturas discriminatórias, ao desejarem, por exemplo, empregados/as com “deficiência leve ou moderada” e, muitas vezes, ao determinarem para eles/as vagas em funções que exigem baixa escolaridade e pouco contato com o público.

Atualmente, é comum encontrar surdos/as com nível superior completo ou cursando o mesmo. Ainda assim, entende-se, que as pessoas surdas são vistas como mão-de-obra braçal, sendo-lhes oferecidas poucas oportunidades de desenvolvimento profissional que exijam escolaridade de nível superior. Para surdos/as, mesmo que já tenham escolaridade de nível superior, são, frequentemente, definidos cargos na linha de produção de fábricas onde se tem muito barulho, transporte manual de cargas e arrumação de produtos nas prateleiras das lojas.

Há uma contradição ao se afirmar que todas as pessoas têm direito ao trabalho devido ao fato de as pessoas com deficiência terem difícil acesso ao mercado de trabalho. Afinal, os surdos/as são considerados incapazes de exercer o trabalho, e, por mais que o fato já tenha sido superado em muitas situações, ainda precisa-se de leis de cotas que garantam o acesso das pessoas com deficiência ao trabalho. Embora seja uma contradição, é a maneira de “igualdade” da sociedade capitalista e excludente.

A questão das deficiências deveria ser vista tendo como referência essa condição de diversidade característica dos seres humanos. Por maiores que sejam as limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou psíquicas, o ser

humano é sempre capacitado para viver, para fazer parte de seu conjunto humano, especialmente se as condições de vida forem menos adversas do que as que a sociedade tem oferecido para as pessoas viverem. O estigma de incapacidade e de inutilidade outorgado às pessoas com deficiência é uma criação cultural, não corresponde às reais condições humanas e sua principal característica: a diversidade. (FERNANDES; LIPPO, 2013, p.283)

Nessa equivocada concepção de que a deficiência gera incapacidade para o trabalho e para a vida independente, tornando a pessoa alvo de tratamento meramente assistencial, essa cultura exclusivamente assistencial resulta na discriminação da pessoa com deficiência, acarretando o descumprimento de comandos essenciais, dirigidos a qualquer cidadão. Ou seja, fala-se sobre ter acesso e ser mantido na escola, com ensino de qualidade; ter meios de se qualificar profissionalmente; ter acesso adequado a bens e serviços; concorrer em igualdade de condições para um trabalho digno e produtivo.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 23^o, tem-se que:

Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses (ONU, 1948).

Assim como algumas leis específicas, a Lei supracitada também prevê proteção e garantia do direito ao trabalho para pessoas com deficiência. Assim como a Lei nº 8.112/90, que prevê a reserva de vagas para candidatos com deficiência em cada concurso público, na Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre a reserva de postos de trabalho para pessoa com deficiência em empresas com cem ou mais empregados, e o Decreto nº 3.298/99, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 sobre a política de inclusão da pessoa com deficiência por meio da reserva, emprego protegido e elementos assistivos.

Todas essas leis são incentivos para a possibilidade de garantir os direitos. Busca-se uma sociedade onde as oportunidades para as pessoas com deficiência se tornem uma consequência natural de políticas e leis sábias, que apoiem o acesso e a plena inclusão em todos os aspectos da sociedade.

A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho vai além da geração do emprego ou de uma oferta de salário, pois, ao incluí-las, estamos oportunizando e devolvendo sua dignidade social e até mesmo psicológica. Cabe

salientar que um dos maiores desafios da inclusão é a cultural, visto que a falta de acessibilidade é expressão da falta de cultura inclusiva.

Ressalta-se, ainda, que o direito ao trabalho é muito importante, pois revela a identidade, a dignidade e a transformação da pessoa humana. Além de que, a sua limitação não pode diminuir seus direitos: são cidadãos e fazem parte da sociedade como qualquer outro. Parte-se, então, do princípio de que as dificuldades para que as políticas protetivas sejam implantadas estejam relacionadas à dificuldade da sociedade em se preparar e aceitar lidar com a diversidade humana.

Nesta perspectiva, cabe evocar a importância do trabalho do profissional de Serviço Social nesta instância, valorizando o direito da pessoa surda em ter um trabalho digno e que consolide suas capacidades, como qualquer outra pessoa considerada “normal”.

Dentre as atribuições privativas do Assistente Social, é importante ressaltar o planejamento, a organização e a administração pública direta e indireta, em empresas privadas e outras entidades, que podem contribuir para a melhoria da acessibilidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, na Resolução CFESS nº273, de 13 de março de 1993, que ressalta “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.”

Nesta mediação, o Serviço Social pode atuar e contribuir para que a pessoa com deficiência tenha possibilidade de reverter a situação de preconceito e discriminação que a sociedade impõe. É um desafio para o profissional realizar e executar projetos que viabilizem a garantia de direitos e garantam uma vida digna com trabalho.

4 PESSOAS SURDAS E O SERVIÇO SOCIAL

A sociedade não tem em sua cultura o costume de trabalhar com o diferente, costuma estabelecer um padrão de pessoa, de atitude. Comumente exclui aqueles e aquelas que não fazem parte do padrão estabelecido. O sujeito surdo é um dos que sofre discriminação, pois está na sociedade, mas tem dificuldade de sentir-se inserido nela. O preconceito e a exclusão fazem parte, desde cedo, do seu cotidiano. Considerando as dificuldades enfrentadas pela comunidade surda na sociedade e nas famílias, faz-se necessário o trabalho dirigido para o fortalecimento da dignidade humana e social do surdo, sob a ótica da cidadania.

Este capítulo tem por objetivo expressar a experiência do trabalho do Serviço Social na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico, na especificidade do trabalho na área educacional, bem como em suas demandas, a saber: falta de informação quanto aos direitos dos adolescentes surdos e o processo de avaliação.

4.1 SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Cada vez mais as relações sociais em sua universalidade estão subjugadas ao domínio e objetivos de acumulação do capital. Diante dessa realidade, as relações sociais vêm passando por profundas transformações. O redimensionamento das lutas sociais e o aprofundamento da “questão social”, assim como a eliminação de vários direitos e das políticas públicas correspondentes, atinge claramente os espaços sócio-ocupacionais da profissão, além de expandir a precarização das condições de vida da população. Tal contexto demanda uma reflexão e aprofundamento a respeito da intervenção na realidade, pois é nesse terreno de contradição, visualizando a educação como um direito social, que o serviço social quer atuar.

A discussão da atuação do Serviço Social na Educação vem ocorrendo desde 1990, de acordo com o desenvolvimento do projeto ético-político profissional, que visualiza um aumento do Serviço Social na área da educação.

Ainda é um desafio à construção de trabalho e a atuação na área da educação para o serviço social, que tem como um dos Princípios Fundamentais de seu Código de Ética Profissional o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. O que significa

que há a necessidade de uma construção coletiva para que haja maior abertura nesse campo de trabalho.

Entender a educação como uma Política Pública, que tem a responsabilidade de garantir direitos sociais, mostra a necessidade de reformular e ampliar o conceito de educação, cuja compreensão precisa ocorrer a partir da dimensão de sua produção social e do compromisso que a escola assume com a sociedade.

Dado à complexidade da realidade social e a crescente percepção de que a escola está inserida nesse processo, é necessário aprofundar essa relação através de discussões que coloquem a função social da escola e que venham aproximar a família do contexto escolar. Os altos níveis de pobreza e miséria que atingem a população brasileira se expressam das mais diferentes formas. O processo educacional não está alheio a isso, ou seja, o sistema de ensino também se constitui em um espaço de concretização dos problemas sociais. No atual contexto brasileiro o sistema de ensino, além de se mostrar “insuficiente” no que se refere à quantidade de vagas para o atendimento aos alunos, temos também como grande desafio da “melhoria” de sua qualidade. (CFESS, 2001, p.11)

O Serviço Social na área educacional tem a contingência de colaborar com a realização de análises sociais, mostrando alternativas às expressões da questão social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que transmitirá melhoria das suas condições de confrontar a vida escolar. A colaboração do Serviço Social baseia-se em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que designam os processos que mais preocupam a área educacional no contexto atual, tais como: evasão escolar, atitudes agressivas e de risco - como violência doméstica -, preconceitos, discriminação, entre outros. Estas questões compõem grande complexidade e precisam de intervenção, de maneira que o Serviço Social pode contribuir através da melhoria das condições constitucionais do direito à educação, atuando, principalmente, no processo de inclusão social das crianças e adolescentes.

A partir do levantamento histórico e da análise da legislação, apresentados nos dois primeiros capítulos deste trabalho, certifica-se que os problemas enfrentados pelas pessoas surdas no Brasil, em suas particularidades, são considerados uma expressão da questão social e, portanto, suscetíveis de intervenção do Serviço Social. Como vimos, as pessoas surdas possuem uma cultura, ainda não é muito conhecida, e que enfrentam desrespeito na sociedade na maioria ouvinte.

A diversidade cultural é existente na realidade social. É um elemento importante na construção de identidade de determinados grupos sociais. As diferenças não deveriam causar exclusão, desigualdade, nem mesmo discriminação

ou preconceito, isso ocorre devido à sociedade não aceitar “o diferente”. Questões estas que mobilizam os grupos sociais para lutar pela igualdade e pelo respeito à diferença.

O profissional Assistente Social, alicerçado em uma perspectiva crítica, atuando em defesa dos direitos humanos e da construção de uma nova sociabilidade, deve ter a consciência de que: de acordo com os objetivos do compromisso profissional, não cabe ficar observando a barbárie como se cada um de nós não tivesse nada a ver com isso. Cabe sim compreender que essa é uma questão ética e política da maior importância, assim como o posicionamento de todos em face do possível, mesmo que possa parecer insignificante perto do que gostaríamos que fosse. (BARROCO, 2008). Ora, como consta no Código de Ética do Serviço Social - Princípios Fundamentais, “é incoerente ao profissional o não empenho e neutralidade diante da realidade social”.

Cabe salientar o papel do Estado, enquanto responsável pelas Políticas Públicas, de investir na educação de surdos/as, bem como estratégias de inclusão, para que tenham uma vida digna, respeitando sua autonomia, sua cultura e possibilitando a acessibilidade necessária às especificidades das pessoas surdas.

4.2 SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

Durante o período de estágio, realizando a Análise de Conjuntura na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico e diante de todas as vivências na Instituição, pôde-se observar que, mesmo encontrando contradições e limitações, a Escola de modo geral é um espaço de trabalho que proporciona para a comunidade surda oportunidades de vivência e descoberta de suas potencialidades, valorizando sua cultura, colaborando na formação da personalidade e da cidadania, e também provocando uma abertura em toda a sociedade para a acolhida, respeito e valorização das diferenças.

A Instituição está marcada por uma dinâmica social e global. Todas as Instituições, mesmo que tenham suas particularidades e objetivos específicos, por vezes regulados pelo contexto histórico da sociedade, estão imersas nesta mesma dinâmica. O mesmo ocorre com as contradições e os conflitos ligados à formação social, que adentra toda e cada uma das Instituições de ensino (FALEIROS 2000).

A Escola Frei Pacífico é uma dessas Instituições que hoje já está remodelada, porém, carrega ainda nas suas ações muito dessa reestruturação do capital que determina um conjunto de mudanças no padrão de respostas à questão social. Desencadeia um processo expansivo, muitas vezes de precarização e refilantropização do atendimento de necessidades sociais, a partir da transferência de responsabilidades do Estado para o âmbito do mercado e do terceiro setor. A realidade da Escola e os respectivos dados serão abordados durante o capítulo.

De acordo com Netto (2001, p. 48), o presente contexto societário “instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração do trabalho”, o que se revela, na prática, no agravamento das expressões imediatas da questão social e na ampliação das desigualdades de classe, com intensa vulnerabilidade social, política, econômica e cultural da classe trabalhadora. Na Escola, essas expressões são bem visíveis, pois com os atendimentos pontuais, seja da avaliação socioeconômica ou dos projetos sociais, não há uma sustentação para as demandas dos usuários, ou seja, as ações são pontuais, não havendo uma mudança social.

Neste sentido, a escola se expande como espaço sócio-ocupacional relevante para o Assistente Social, materializando limites, desafios e possibilidades objetivas de trabalho na Instituição. Desde a fundação, em 1956, a Instituição atende na área escolar crianças e adolescentes surdos. Mas só no ano de 1974 iniciou o atendimento clínico para surdos e ouvintes na área de otorrinolaringologia, serviço social, psicologia, fonoaudiologia, estimulação precoce e audiologia. Essa foi uma exigência do Estado para todas as Escolas especiais na época: atendimento clínico, principalmente fonoaudiologia para os surdos.

O serviço Social na Instituição é amplo. Para entendê-lo é necessário compreender os três espaços de atuação da Instituição: Escola, Clínica e Centro Social. O Serviço Social está localizado na Clínica Especializada em Comunicação, mas atende também demandas da Escola e do Centro Social. O trabalho principal da Instituição é Educacional, isso está visível pela finalidade da mesma, porém, foi através das necessidades que surgiram na Escola que houve a fundação da Clínica e do Centro Social, trabalhando, então, com duas políticas: Educação, através da Escola; Assistência, pelo Centro Social; e com ações na área da Saúde, ofertadas pela Clínica, a qual se vincula pelo SUAS, que prevê a Habilitação e a Reabilitação para pessoas com deficiência. O Serviço Social trabalha muito ligado à Clínica.

A Assistente Social, conforme o plano de ação da Instituição, tem como suas atribuições as listadas a seguir:

- Orientar e prestar apoio Sócio-familiar;
- Avaliar as condições socioeconômicas das famílias que buscam vaga na Escola e na Clínica e Centro Social;
- Assessorar a Orientadora Educacional;
- Integrar e trabalhar conjuntamente com a equipe técnica da Clínica;
- Encaminhar os usuários para recursos comunitários, quando houver necessidade;
- Encaminhar as famílias para recebimento do BPC (benefício de prestação continuada);
- Supervisionar o acadêmico de Serviço Social;
- Organizar a documentação, bem como pareceres relativos ao serviço;
- Participar de reuniões permanentes do serviço técnico-operativo;
- Participar efetivamente das reuniões do FMDCA (Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), COMDEPA (Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de POA, CORAS (Comissão Regional de Assistência Social), como representante da Instituição, e G.T dos PCD'S (Grupo de Trabalho das Pessoas com Deficiência);
- Elaborar o Plano Político Pedagógico da Escola, em conjunto com o serviço Pedagógico e Clínica;
- Participar de Eventos extra-institucionais relativos à área de atuação;

Dentre as atividades realizadas pelo setor de Serviço Social destacam-se: a avaliação sociofamiliar e socioeconômica, o acompanhamento e as orientações familiares. O principal papel do Serviço Social na Instituição é de realizar avaliações socioeconômicas. Essa avaliação tem a função de identificar se a situação é “inelegível ou legível”, ou seja, se a clínica tem condições de atender o caso ou se é necessário encaminhar para outros órgãos competentes. A primeira etapa é apenas uma hipótese de diagnóstico, pois se constata que é legível o usuário dar continuidade às consultas na clínica. Se o caso for inelegível, o encaminhamento é realizado pelo Serviço Social, que também faz o repasse final da avaliação ao usuário.

Aqui há uma expressão muito forte da questão social, pois existe contradição com a universalidade dos direitos na educação e na saúde. Na saúde, o princípio da universalidade determina que os serviços sociais direcionados a assegurar a saúde da população devem ser acessíveis a toda a comunidade e não seletiva, assim como se dá o processo na Instituição. Na Constituição brasileira, o princípio foi materializado no Art. 196 e 198, a saber:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
III - participação da comunidade. (BRASIL, 1988)

Assim, contraposto à universalidade de cobertura e atendimento em saúde, está a limitação dos recursos públicos. Dessa forma, para a universalização, é preciso criar mecanismos que propiciem o atendimento do maior número de pessoas possível, há que se estabelecer mecanismos que abranjam o alcance das políticas públicas.

Há uma precarização e falta de acesso ao serviço público. Assim como em muitas Instituições da sociedade civil, na Escola Frei Pacífico, ao se realizar a avaliação classificando em “legível ou ilegível”, prevalece o preconceito, aumentando a desigualdade social, fazendo com que o usuário atendido em sua demanda visualize que a instituição está apenas ajudando-o de forma assistencialista e não como um direito a ser atendido e garantido.

A avaliação socioeconômica também é realizada para ingresso escolar, contradizendo novamente o direito universal à educação. Temos por pressuposto que a Educação é considerada um princípio constitucional de direito, obrigatória e gratuita, e que se constitui em direito universal, de caráter econômico e social, como definido pela Constituição (BRASIL, 1988). O Art. 205º determina que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O direito à educação e o direito de aprender são direitos de todos e de cada uma das crianças e adolescentes, mas não uma educação qualquer. O direito à

educação de qualidade é um direito de “toda pessoa”, sem qualquer tipo de discriminação, independente de origem étnica, racial, social ou geográfica. Por isso, realizando uma análise crítica da maneira como a avaliação socioeconômica é abordada na Instituição, percebe-se que uma completa contradição com o que realmente assegura a lei e o direito de não ser classificado pela renda familiar ou pela realidade do usuário.

A educação em si, compreende o direito de igualdade e oportunidade em todos os casos, mas antes de tudo, compreende a capacidade de diminuir as desigualdades sociais e da discriminação, especialmente da classe social e economicamente menos privilegiada. A ideia de universalidade é recolhida da Declaração Universal dos Direitos da Criança - UNICEF, de 20 de novembro de 1959: Princípio VII.

A criança tem direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita - em condições de igualdade de oportunidades - desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade. O interesse superior da criança deverá ser o interesse diretor daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação; tal responsabilidade incumbe, em primeira instância, a seus pais. A criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito.

Com relação à educação, - principalmente no sentido de pensar um processo educacional inclusivo, através do desenvolvimento do sujeito como ser consciente e pensante - a avaliação socioeconômica não condiz com o direito do usuário, reforçando a desigualdade e a ideia de que o usuário é inferior por precisar de recursos como esse para conseguir acesso à educação. Porém, para alcançar o pressuposto, faz-se necessária ação conjunta do Estado e da sociedade.

O Assistente Social inserido nesse contexto de escolas privadas e/ou filantrópicas, mediante as mudanças na legislação a elas referentes ou por obrigações legais, tem sua relevante contribuição. Nesses casos, ele não é apenas agente de situações cotidianas, procedentes da questão social, mas por meio da mobilização social da comunidade, colabora no processo de democratização da educação.

As Entidades Filantrópicas que atuam na área da educação são obrigadas pela legislação a disponibilizarem bolsas de estudos a alunos que se encontram em

situação de vulnerabilidade social e atendem aos critérios previstos em lei. Desta forma, destacam-se a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, que trata:

Art. 13. Parágrafo III - oferecer bolsas de estudo nas seguintes proporções:
a) no mínimo, uma bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes da educação básica;

b) bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento), quando necessário para o alcance do número mínimo exigido.

Art. 14. Para os efeitos desta Lei, a bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas na forma da lei, vedada a cobrança de taxa de matrícula e de custeio de material didático.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.

§ 2º A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

Art. 15. Para fins da certificação a que se refere esta Lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação.

É nesse contexto que a Escola Especial Frei Pacífico se encontra, tendo que, ao mesmo tempo, atender às exigências da nova legislação e suprir as demais demandas de âmbito escolar. Por isso, a Escola também é mantida por convênios e a mantenedora da Congregação religiosa.

Dentro dessa perspectiva, o Serviço Social na Instituição tem um papel importante no âmbito escolar, podendo elaborar estratégias e ações que colaborem com a realidade da pessoa surda. Um das situações em destaque na Instituição é, porém, justamente a necessidade de o Serviço Social intervir um pouco mais no ambiente escolar. O Serviço Social na Instituição, pelas excessivas demandas advindas tanto do Centro Social quanto da Clínica, acaba não dispondo de tempo para as necessidades escolares. O trabalho torna-se pontual e deixa uma lacuna a ser atendida na Escola.

4.3 ACESSO À INFORMAÇÃO

O Serviço Social, por ter a demanda Institucional da avaliação socioeconômica vinculada à clínica, acaba limitando a outras demandas das quais a Instituição também necessita, principalmente na área educacional, como o caso da orientação em ações à falta de acesso à informação para garantia dos direitos junto ao público escolar.

Essa demanda foi visualizada já a partir do processo de estágio desenvolvido na Instituição, tornando-se o objeto de intervenção. O objeto a ser transformado é a falta de informação quanto aos direitos dos surdos, constituindo-se uma das

expressões da questão social e impossibilitando a construção da autonomia e participação social.

A direção da Escola ressaltou que havia necessidade de o Serviço Social intervir um pouco mais no ambiente escolar, contribuindo para situações que envolvem, por vezes, violência doméstica, preconceitos, falta de informação quanto ao acesso aos direitos da pessoa surda, entre outros.

São destacadas formas de conceber a atuação do Serviço Social na área da educação em articulação com os processos de controle social e luta pelos direitos sociais, assim como indicações de ordem metodológica. Há de se observar a referência à inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, a necessidade de ações investigativas e de desvelamento das múltiplas determinações da realidade. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2001).

O Serviço Social atua na Instituição na realidade dos alunos. A vulnerabilidade dos alunos atendidos na escola demonstra como causa o fato de não terem acesso à informação, um direito de todo cidadão garantida pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. A Lei de Acesso à Informação pode ser um instrumento fundamental para gerar mudanças sociais, fornecendo meios para que seja garantido o direito à água, à moradia, à saúde e outros direitos fundamentais.

No entanto, não podemos esquecer que a Lei de Acesso à Informação só será uma realidade se as pessoas o colocarem em prática. Nesse sentido, trabalhar com processos de conscientização dos alunos, principalmente em etapa da adolescência, é fundamental. A Escola demanda essa necessidade para que, com isso, diminua a desigualdade e contribua para que os adolescentes surdos encontrem a efetivação de um direito que irá garantir a sua participação social e a sua cidadania.

Conforme Vasconcelos (2000), os Assistentes Sociais na sua prática profissional se defrontam com uma população desinformada a respeito dos seus direitos sociais, dos recursos que podem utilizar e de encaminhamentos que podem fazer. É dessa maneira que a socialização de informação também depende de uma competência teórica, política, ética e técnico-operativa do profissional, dando condições para que o usuário utilize o conhecimento e a informação como instrumento para pensar e agir sobre sua própria realidade, na busca de sua transformação.

O acesso à garantia dos direitos da pessoa surda também é uma demanda do Serviço Social reelaborada a partir da demanda institucional, a fim de intervir junto à

Escola que procura conhecer as possibilidades com surdos, na defesa de seus direitos e no enfrentamento do preconceito e discriminação presentes na sociedade.

Tendo em vista que o/a Assistente Social, em seu cotidiano de trabalho, nos mais diversos campos e áreas de atuação, poderá se deparar com pessoas surdas, é necessário que o profissional tenha um conhecimento mínimo sobre esta realidade para poder atuar sobre a mesma com a perspectiva de que os surdos/as são sujeitos de direitos. Tomando a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), que foi promulgada pelo Brasil através do Decreto nº 6.949, (25/08/2009), destacamos alguns dos direitos que são assegurados aos surdos/as: nos artigos 02, 09 e 30 são reconhecidas a língua de sinais e outras formas de comunicação não-falada como meio de comunicação; é garantido o apoio à língua de sinais e à cultura surda; e, assegura-se que é preciso oferecer meios para o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público.

No Art. 24, é garantida uma educação adequada às pessoas surdas e cegas, ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação que favoreçam ao máximo o desenvolvimento acadêmico e social.

Nesse sentido cabe, então, ao Serviço Social proporcionar alternativas para que esses e outros direitos sejam efetivados no ambiente escolar. Como a profissão é interventiva e propositiva, que se possa propiciar uma mudança de consciências e agregar a categoria da participação no seu trabalho.

Assim como o projeto de estágio curricular utilizou instrumentos que favorecessem para atingir os objetivos, o mesmo tem por objetivos específicos possibilitar o conhecimento relativo à busca de direitos do cidadão surdo, disponibilizando o acesso à informação e recursos disponíveis. Para tal, foi traçado o indicador que visualize o número de participação nos encontros, bem como a manifestação dos adolescentes que demonstrem domínio do conhecimento adquirido.

O acesso à informação é muito importante na etapa de vida em que os adolescentes se encontram, pois é a partir do conhecimento que desenvolverão capacidade de elaborar estratégias de resistências diante das opressões cotidianas. Quanto ao Direito à Informação, está previsto no artigo 5º, incisos XIV, XXXIII e XXXIV “b” da Constituição Federal:

É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de

interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. (BRASIL, 1988)

O acesso à informação não é apenas um direito resguardado pela Constituição Federal, mas sim um direito primordial para o indivíduo que viabiliza instrumentalizar a execução da cidadania, garantia para a democracia. É importante reconhecer que a transformação social está ligada também ao acesso as informações. Socializar o conhecimento significa dividir e democratizar o poder e a noção de democracia vinculada à capacidade dos usuários em participar concretamente do processo de decisões, de organização e de tudo que afetam suas vidas.

5 TÉCNICAS DO TEATRO DO OPRIMIDO COMO ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DOS ADOLESCENTES SURDOS

Os elementos desenvolvidos neste último capítulo demonstram como os adolescentes surdos, por não terem a comunicação oral, podem, através de expressões como o teatro, manifestar suas demandas e também lutar pelos seus direitos, garantindo sua participação social e sua autonomia.

Serão tratados, também, o conceito do teatro do oprimido e sua influência na área social, a experiência do projeto de intervenção realizado com um grupo de adolescentes surdos na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico e, por fim, as expressões da questão social visualizadas no processo grupal e nas dinâmicas de grupo realizadas com os adolescentes surdos.

5.1 TEATRO DO OPRIMIDO DE AUGUSTO BOAL

O Teatro do Oprimido tem por principal objetivo o acesso das camadas sociais menos favorecidas e a transformação da realidade através do teatro.

O teatrólogo Augusto Boal, quando fundou essa técnica, aliou o teatro à ação social, modelo praticado não só por aqueles que entendem o teatro como instrumento de emancipação política, mas também pelas áreas da educação, saúde mental e no sistema prisional. Segundo Boal (2005), o Teatro do Oprimido parte do princípio de que a linguagem teatral é uma linguagem humana que é usada por todos no cotidiano, assim, todos podem desenvolvê-la e fazer teatro.

Cabe ao processo da intervenção social identificar, elaborar, construir ou reconstruir laços de significação para os grupos sociais, através de estratégias, que forneçam e articulem possibilidades aos participantes do processo de intervenção para encontrarem soluções às dificuldades cotidianas.

O Teatro do Oprimido, através da prática de jogos, dinâmicas, exercícios e técnicas teatrais, procura incentivar a discussão e a problematização de questões do cotidiano, com o objetivo de viabilizar uma reflexão sobre as relações de poder, através da exploração de histórias entre opressor e oprimido. Tem sido utilizado como instrumento de participação popular, como uma maneira de contestação dos problemas públicos, introduzindo temas para a discussão coletiva, envolvendo a população no debate das expressões da Questão Social (BOAL, 2006).

O Teatro do Oprimido incentiva também a criatividade e a capacidade de propor alternativas para as questões do cotidiano. Os pressupostos conceituais do Teatro do Oprimido objetivam a cultura, a cidadania e denuncia a opressão em uma sociedade dividida em classes sociais. Para Boal (2001), o Teatro do Oprimido é um movimento teatral e modelo de prática cênico-pedagógica que possui características de militância e destina-se à mobilização da população, vinculando-se ao teatro de resistência. O “oprimido” seria, pois, aquele indivíduo “despossuído do direito de falar, do direito de ter a sua personalidade, do direito de ser” (BOAL, 2001, p.33).

Os dois principais objetivos do Teatro do Oprimido, definidos por Boal (2006, p.12), são: “Transformar o espectador, de um ser passivo e depositário, em protagonista da ação dramática. E nunca se contentar em refletir sobre o passado, mas se preparar para o futuro”. Boal (2006) atesta que a metodologia de trabalho ocasiona uma preparação do indivíduo para ações reais na sua existência cotidiana em vista de uma transformação social. Nesse método, o indivíduo representa o seu próprio papel, indaga suas próprias ações, questiona e reorganiza a sua vida dentro de uma nova visão de possibilidades.

Entre as técnicas do Teatro do Oprimido está o Teatro Imagem, que se revela como um conjunto de técnicas que transformam questões, problemas e sentimentos em imagens concretas. Busca-se a compreensão dos fatos através da linguagem das imagens. A técnica do Teatro Jornal, que se caracteriza como um conjunto de nove técnicas que dinamizam notícias de jornal, dando-lhes diferentes formas de interpretação (BOAL, 2006). O Teatro Invisível, por sua vez, é uma técnica de representação de cenas cotidianas, em que os espectadores são reais participantes do fato ocorrido, reagindo e opinando espontaneamente na discussão provocada pela encenação.

O Teatro Legislativo é uma experiência sociocultural que visa à produção de propostas: legislativas e /ou jurídicas, a partir da intervenção do público em espetáculos de Teatro Fórum. É a forma de implantar o conteúdo político do Teatro do Oprimido. A partir dos problemas cotidianos da população, é feito um levantamento de informações para a elaboração de leis, e as análises destes relatórios são a base para a formulação de novas leis (BOAL, 2006). Já o Teatro Fórum, como técnica teatral, baseia-se em uma pergunta feita pelo elenco aos espectadores. É apresentado um problema objetivo, através de personagens opressores, que entram em conflito por causa de seus desejos e vontades

contraditórias. Nesta luta por seu objetivo, o oprimido, necessariamente, fracassa e os espectadores devem representar suas alternativas para os problemas encenados, através da intervenção direta no espetáculo, substituindo o personagem oprimido.

Esse conjunto de técnicas formuladas por Boal traz ao indivíduo novas possibilidades de transformar e compreender a própria realidade em que se está inserido e, a partir dessa compreensão, criar, de modo crítico e consciente, estratégias contra-hegemonia, rompendo com o senso comum e desencadeando movimentos a favor de uma mudança social.

Os resultados alcançados pelo trabalho do Teatro do Oprimido referem-se à educação para a cidadania e a uma participação popular nas discussões públicas. Esse conjunto de técnicas ajuda a sensibilizar as pessoas em torno de um tema, favorecendo a desinibição e incentivando as pessoas a apresentarem suas ideias e propostas para o grupo do qual participam.

5.2 PROJETO DE INTERVENÇÃO: UMA PROPOSTA DIFERENTE

A técnica teatral é expressa como um método de educação popular que colabora para a compreensão do indivíduo e para a contextualização dos fatos sociais. Nem sempre as maneiras formais de participação social, são consideráveis para constatar as demandas da população. No ambiente formal das reuniões, nem sempre as pessoas se sentem desinibidas, à vontade para se manifestarem e conversarem espontaneamente, o que prejudica a discussão de temas importantes, até mesmo na identificação de demandas.

Fomentar a participação da população exige novas linguagens, que favoreçam o diálogo, criando novos espaços, onde a expressão criativa dos sujeitos seja impelida. A participação da população é fundamental para consolidação da democracia e da cidadania. Para que esta participação se efetive, é necessário criar alternativas que favoreçam a população a entender as situações da vida cotidiana, seja de opressão, discriminação e preconceitos não discutidos e, muitas vezes, não resolvidos.

A partir dessas situações, foi elaborado o Projeto de intervenção a ser executado durante o Estágio Curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Este projeto teve como objetivo geral o de propiciar um espaço de reflexão

e diálogo sobre os direitos dos adolescentes surdos, através da técnica do Teatro do Oprimido, a fim de desenvolver autonomia e participação.

Por autonomia, no presente contexto, compreende-se uma independência dos mesmos, para que possam ter capacidade de auto-organizar-se, estruturar-se na realização de objetivos e na garantia de direitos, mostrando à sociedade sua capacidade diferente de expressar-se e comunicar-se.

Entendemos que a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e re-interpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria. Os sujeitos autônomos veem e aceitam as diferenças e as singularidades das pessoas e das regiões do mundo; acatam e assumem a diversidade cultural dessas pessoas, olham para suas crenças e valores como algo constitutivo do ser humano; aprendem a dialogar com o diferente e as diferenças sem ter como meta aniquilá-los ou vencê-los a qualquer custo; buscam o diálogo para uma aprendizagem que leve ao entendimento, à construção de consensos, e não para apropriar-se/aponderar-se do saber do outro, aniquilando-o (GOHN, 2008, p.34).

Conforme a autora supracitada, a autonomia se constitui a partir do movimento em que o indivíduo consegue vencer a dominação, quebrar com barreiras como o preconceito e a discriminação, fazendo uma mudança na sua história, dando visibilidade e transparências em suas atitudes, priorizando a comunicação, a diversidade e a participação.

Ter uma participação efetiva significa a importância da adesão dos indivíduos surdos na organização e democratização nos processos decisórios no que diz respeito a seus direitos. Deve-se haver uma integração, pois a participação social vem como um direito e como um dever da população de participar de decisões que lhes afetem.

Entendemos a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores a uma cultura política nova. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação mas a uma forma específica, que leva à mudança e à transformação social (GOHN, 2008, p.30)

Para que os adolescentes surdos dessem sentido à sua participação no trabalho em grupo, fez-se necessário desvelar os significados, ou seja, desvelar os conceitos pré-concebidos para serem identificados e socializados para, assim, começar o processo de mudança e transformação.

Os surdos desenvolvem a expressão corporal e facial significativa, o que ajuda em sua comunicação. Por essa razão, a estratégia metodológica para a

construção do projeto foi o uso da arte, materializada pelo teatro, instrumento no qual os surdos podem expressar suas demandas, tais como violação de direitos, violências, preconceitos, discriminação, etc. Por outro lado, foi um instrumento no qual puderam também expressar suas resistências, sua autonomia diante das expressões de exclusão causada pela falta de comunicação.

Para essa proposição recorre-se à ideia de que a arte pode viabilizar uma “prática social que tem o poder de questionar a sociedade, possibilitando movimento de mudanças sociais” (FRAGATEIRO, 2007 p.23). A importância da arte nas expressões da Questão Social é também abordada por Scherer (2013), em destaque no trecho que segue.

Os fragmentos de arte, entendida como uma criação crítica do homem, devem estar presentes em todas as atividades criadoras do ser humano, para se contrapor aos processos de alienação. A partir da arte genuína e livre, o homem não é mais um objeto em cena, mas sim um protagonista do seu próprio roteiro, e através do roteiro da sua vida é que ele passa a compreender a sua realidade e a incidir nela. Desde modo, a arte pode ser um elemento que venha a contribuir para a transformação social (SCHERER, 2013, p.79).

A partir dessas novas possibilidades de mudanças, os surdos poderão criar estratégias contra-hegemonia, rompendo com a desigualdade que, a princípio, norteia o cotidiano dos sujeitos. A arte pode manifestar uma possibilidade de uma reflexão aprofundada da realidade, uma motivação além da cotidianidade, uma vez que na vida cotidiana o sujeito expressa motivações diferentes e até mesmo subjetiva, carregada de espontaneísmo e vivências concretas.

O teatro pode ajudar os sujeitos surdos a conhecerem melhor a eles mesmos, tendo como finalidade transformar a realidade em relação à suas expectativas. Os adolescentes surdos podem manifestar suas opressões e suas demandas através dos exercícios teatrais, possibilitando a eles um espaço de confiança e participação, além de promover trocas de experiências de vida, ressignificando a importância da vivência de sua própria cultura.

O teatro pode ser visto como uma prática social, pois tem o poder de questionar a sociedade, fazendo o homem pensar criticamente o seu cotidiano, materializando, assim, uma manifestação artística crítica. O desafio do teatro é disponibilizar instrumentos que possibilitem ao homem afirmar-se e desenvolver-se, produzindo pensamento (SCHERER, 2013, p.88).

Para a inclusão dos surdos na sociedade, são necessárias ações e instrumentos em favor da promoção de proteção e de defesa dos direitos, bem como da reparação das violações e o desenvolvimento de toda e qualquer arte, mais

especificamente, o teatro. O teatro para a pessoa surda pode representar a perspectiva de mudança da comunicação, encorajando-a a desenvolver e reconhecer sua própria identidade, que não se baseia na fala e na audição, mas na visão.

Para tanto, a técnica do Teatro do Oprimido, criada pelo teatrólogo Augusto Boal, é um instrumental para desvelar essas demandas.

O nosso desejo é o de melhor conhecer o mundo que habitamos, para que possamos transforma-lo da melhor maneira. O teatro é uma forma de conhecimento e deve ser também um meio de transformar a sociedade. Pode nos ajudar a construir o futuro, em vez de mansamente esperarmos por ele. (BOAL, 2006, p. xi)

A arte é um forte instrumento de transformação da realidade social, mas não se tem muito acesso a ela, visto que é pouco desenvolvida na área acadêmica e na sociedade em geral. Quanto mais os indivíduos sejam passivos, coniventes com as determinações impostas pelo capitalismo, não expressem suas reivindicações, não demonstrem e não comuniquem suas indignações, menos terão a possibilidade de mudanças, de lutar por uma sociedade justa, de assegurar os direitos como cidadãos e o respeito às diferenças.

O surdo tem direito de se organizar em grupo, mantendo sua identidade linguística e cultural como qualquer outro grupo. Para superar essas questões, a proposta foi de potencializar espaços de conversação com um grupo de alunos e fomentar o conhecimento e a efetivação dos direitos como cidadão surdo.

... Ensino é transividade, democracia, diálogo, o Teatro do Oprimido cria o diálogo, busca a transividade, interroga o espectador e dele se espera uma resposta. O teatro do oprimido procura desenvolver o desejo de criar espaço no qual se possa, criar aprender, ensinar... transformar. (BOAL, 2005, p. 34)

A partir do Teatro do Oprimido, o projeto de intervenção possibilitou problematizar e transformar as opressões cotidianas vivenciadas pelos surdos, principalmente no que diz respeito à violação de seus direitos, realizando um processo de construção da cidadania, tornando-os protagonistas da materialidade das Leis que os protegem.

5.3 ALCANÇANDO OS OBJETIVOS: DENUNCIANDO OPRESSÕES E SINALIZANDO DIREITOS

Relacionando o objetivo deste estudo com o objeto de intervenção, é importante ressaltar que foram desenvolvidas ações que proporcionassem a concretização e transformação do objeto, o qual foi identificado como a falta de informação dos adolescentes surdos sobre os direitos.

Através de atividades teatrais, os encontros com os adolescentes tiveram impactos significativos, pois, primeiramente, os adolescentes tiveram conhecimento do conceito e significados de cada direito, podendo visualizar, através das dinâmicas, a importância de seus direitos e despertar o interesse de conseguir acessá-los.

Os adolescentes, na sua maioria, a partir dessa compreensão, conseguiram também problematizar e se posicionar diante das discriminações e preconceitos vivenciados em sua realidade. Mostraram-se inquietos para poder transformá-la e se tornar participante dessa história, pois foram, justamente, essas as primeiras aproximações com o grupo, com a proposta de identificar as demandas advindas deles, conhecê-los para que criassem um vínculo de confiança a partir do qual conseguissem expressar as necessidades do seu cotidiano.

Segundo Baptista (1993), mesmo que a prática profissional no cotidiano se concretize por pequenas aproximações e maneiras de resolver os conflitos imediatos, sempre existe um cotidiano a que se faz necessário dar respostas, resolver dificuldades e resolver diversas atividades.

Em continuidade ao trabalho, foram realizados registros por escrito e, principalmente, registros fotográficos, pois para os surdos a imagem é muito importante, uma vez que o sentido da audição é ausente. O ver para eles é o mesmo que o ouvir para nós, portanto, as imagens foram uma valorização por cada adolescente participante do grupo. Através dos registros visuais, os quais seguem em anexo, é possível perceber o envolvimento e o interesse dos adolescentes para com as atividades, bem como os questionamentos e problematizações realizadas durante os encontros, à medida em que eram expostas as informações sobre os direitos.

Ao realizar essas ações utilizando instrumentais no processo grupal, teve-se como objetivo, também, incentivar a participação dos adolescentes surdos em

espaços democráticos e articular para que lutem e busquem juntos a ampliação de seus direitos.

Nessa lógica, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre assistentes sociais e usuários, um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade da maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interferir no rumo da história de sua sociedade. (MIOTO, 2009, p.501).

A partir do conhecimento sobre as demandas e necessidades dos adolescentes, e sobre as características do espaço de trabalho da Instituição, foi possível desenvolver ações socioeducativas, fundamentadas no Projeto Ético Político, as quais sinalizaram a capacidade teórico-metodológica para alcançar os objetivos do projeto. Assim, “o caráter educativo que se imprime a essas ações é importante no acesso a direitos que são cruciais para a vida dos usuários e também no processo de construção da cidadania” (MIOTO, 2009, p.507).

Relacionando os instrumentais aplicados na intervenção com o projeto ético-político da profissão, - que tem como núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central bem como o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais - visualiza-se que foi realizado sempre com competência, visando ao aprimoramento profissional e a uma postura investigativa, no compromisso com a qualidade dos atendimentos aos adolescentes e aprendendo a entender a individualidade de cada um.

Intervir nas mais variadas expressões da questão social, expressa, a partir da prática, um posicionamento ético, político e técnico, buscando favorecer os interesses dos adolescentes surdos, para que criem resistências diante das expressões da Questão Social, como o preconceito, discriminação e violação de direitos.

Os instrumentais utilizados no projeto, como os registros, as técnicas de grupo, as dinâmicas teatrais, os relatórios e, até mesmo, as observações do grupo, deram visibilidade ao desenvolvimento do grupo no que diz respeito a estabelecer maior comprometimento com a situação de cada usuário.

A utilização dos instrumentais no cotidiano da prática profissional é um fator preponderante para o assistente social. Como todos os profissionais têm seus instrumentos de trabalho, e sendo o assistente social um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, necessita de bases teóricas, metodológicas, técnicas e ético-políticas necessárias para o seu exercício profissional. Os instrumentais técnico-operativos são como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. (MARTINELLI, 1994 p. 137).

Como para os surdos há certa limitação de memória, devido a tudo ser muito visual e palpável, a avaliação positiva se dava sempre quando, ao retomar as atividades de uma semana à outra, os adolescentes conseguiam lembrar das atividades realizadas, bem como dos temas vivenciados. O fato de lembrar-se do que foi trabalhado é um indicador de que realmente estavam aprendendo e conhecendo as temáticas sobre os direitos.

Outro resultado relevante foi perceber nos adolescentes o interesse pelos direitos e o querer acessá-los. Em momentos além dos encontros, os adolescentes, quando perguntavam, questionavam sobre os direitos relacionados a eles. A expressão de silêncio e atenção nos encontros, também são fatores avaliativos muito importantes, pois na medida em que se observa em sua expressão corporal, facial, em seus Sinais (LIBRAS) ou no seu olhar que há uma construção de conhecimento, entende-se que a informação dada foi uma estratégia de mudança quanto ao fato de serem sujeitos de sua própria história.

Durante os encontros, todas as atividades foram realizadas em LIBRAS e isso favoreceu muito para que a comunicação se tornasse um fator importante do desenvolvimento do projeto, em que os adolescentes, ao escutarem pelas mãos, consigam se caracterizar pela sua personalidade como indivíduo surdo e manifestem suas necessidades pessoais e coletivas.

Percebeu-se que os adolescentes se sentiam mais à vontade em partilhar e participar das atividades, pois conseguiam entender todas as ações realizadas, diferente de, se porventura, não houvesse a comunicação diretamente vinculada aos adolescentes. Cabe o desafio de escutar também o silêncio, o qual fala muito, pois a atenção dos adolescentes aos sinais realizados é uma avaliação de que estão atentos e entendendo o que é informado.

Foi significativo para os alunos entenderem as questões cotidianas, bem como, a partir do projeto, saberem dialogar em sua própria língua sobre os direitos e sobre a forma de acesso para obtê-los, pois se sentem acolhidos e respeitados na sua própria identidade e cultura. Foi visível a atenção dos adolescentes quando se explicava sobre os temas e sobre a proposta do projeto, percebia-se no olhar de cada um o anseio de querer entender e compreender sobre as situações que os afligem.

5.4 TÉCNICAS GRUPAIS COMO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO OBJETO DE INTERVENÇÃO

As atividades realizadas nos encontros foram baseadas em técnicas que fazem parte do método do Teatro do Oprimido, uma delas foi o teatro imagem. Nele a encenação baseia-se nas linguagens não verbais. Essa foi uma saída encontrada por Boal para trabalhar com indígenas de etnias distintas e com línguas maternas diversas, que participavam de um programa de alfabetização no Chile e precisavam se comunicar entre si (BOAL 2006). Esta técnica teatral transforma questões, problemas e sentimentos em imagens concretas. A partir da leitura da linguagem corporal, busca-se a compreensão dos fatos representados na imagem, que é real enquanto imagem. A imagem é uma realidade existente, ao mesmo tempo, a representação de uma realidade vivenciada.

Para os surdos foi muito significativa essa técnica, pois, por não adquirirem a comunicação verbal, a expressão corporal expressou sua identidade e valorizou-os como indivíduos surdos. Tem-se como exemplo o fato de que falar sobre preconceito como uma expressão da questão social para os adolescentes foi de extrema importância, pois, no contexto histórico das pessoas com deficiência, o preconceito é um aspecto que os acompanha devido à desigualdade imposta e construída pela sociedade capitalista.

Questão social é uma nomenclatura surgida no século XIX a partir das manifestações de miséria e pobreza advindas da exploração das sociedades capitalistas com o desenvolvimento da industrialização. É em tal contexto que começam as respostas para o enfrentamento dessa nova cara do capitalismo surgida naquela época. (SERRA, 2000, p.90.)

E para retratar essa expressão da Questão Social, foi utilizada a técnica do teatro Imagem. Quatro adolescentes ficaram de um lado da sala e os demais ficaram do outro lado. Foi ressaltado que eles fariam como em uma dinâmica de teatro, somente utilizando a expressão corporal e facial, e que mostrassem algum tipo de preconceito. Os quatro integrantes seriam responsáveis por moldar os demais do grupo, em um só contexto, em apenas uma imagem, todos deveriam fazer parte do mesmo. E os demais do grupo ficariam como massa de modelar esperando a modelagem dos quatro adolescentes. Em poucos minutos já haviam realizado a atividade, montando, então, a imagem sobre preconceito, como se uma pessoa fosse a diferente e todos os outros apontando, acusando, rindo por ela ser diferente. Um adolescente sobre isso expressou:

Essa é a nossa realidade. Já sofri preconceito por ser surdo, é muito triste ver as pessoas falando e rindo só por que não ouço. É difícil ir a algum lugar e ninguém me entender na minha língua, ninguém falar em LIBRAS e preciso passar vergonha e não conseguir o que quero só porque ninguém me entende. Precisa ter respeito com as diferenças, surdos e ouvintes juntos se ajudando. (retirado do diário de campo do dia 19 de maio de 2013)

Foi muito positivo utilizar essa técnica com os adolescentes, o objetivo foi alcançado, valorizando a capacidade dos adolescentes de dialogar através da participação e das reflexões propostas pelo método do teatro do oprimido para que alcancem uma possível transformação da realidade.

Destaca-se outra atividade realizada para retratar o tema exclusão. Iniciou-se mostrando a palavra e a imagem de Preconceito e exclusão. O sinal em LIBRAS e a palavra preconceito todos sabiam fazer, já a palavra exclusão não conheciam no português e em LIBRAS, não há sinal próprio para a mesma. Então, foram dados exemplos, sinônimos como eliminação, abandono, recusa, afastamento de algo ou de alguém.

O grupo foi convidado a formar um círculo, com os braços entrelaçados, sem nenhum espaço entre os integrantes. Uma pessoa ficou de fora para tentar entrar no grupo. A função dos que estavam formando o círculo foi de não permitir, sob hipótese nenhuma, a entrada do adolescente no círculo. Depois de várias tentativas o adolescente conseguiu entrar e, em seguida, outro adolescente tentou entrar no grupo, e esse teve mais dificuldades, conseguindo apenas algum tempo depois. Por fim, uma adolescente fez a experiência e, depois de muito tentar, não teve êxito. Foi perguntado a cada um dos que inicialmente formavam o círculo, qual foi o sentimento que lhes perpassou durante a atividade, e o primeiro respondeu:

Eu me senti mal, sozinho, parecia que o grupo estava me desprezando, não me deixava participar. Depois que entrei eu me senti bem, o grupo me acolheu, não teve mais problema. (retirado do diário de campo do dia 08 de abril de 2013)

Já à adolescente que não conseguiu entrar, foi perguntado: qual era o sentimento dela quanto à dinâmica realizada, pois ela foi a única a não conseguir entrar no círculo. E ela respondeu:

Quando o grupo não me deixava entrar eu pensei: azar deles! Eu também vou me afastar e desprezar eles também. Vou ficar sozinha. Parecia preconceito comigo porque eu não consegui entrar, eu me senti triste. (retirado do diário de campo no dia 8 de abril de 2013).

O diálogo foi concluído dizendo que o preconceito existe, mas que os adolescentes não podem ficar apenas tristes ou indiferentes à situação, pois eles

são cidadãos e têm seus direitos e deveres tanto quanto os ouvintes, são capazes e não podem se sentir afastados da sociedade, tampouco minimizados e excluídos por sua condição.

Em alusão à atividade descrita acima, o tema tratado e escolhido pelos adolescentes tornou-se uma demanda a ser trabalhada e aprofundada. Utilizando-se de jogos teatrais, bem como técnicas de grupo, os adolescentes puderam expressar seu cotidiano e suas necessidades e, a partir da leitura da mesma, foram instigados a buscar maneiras para uma transformação social.

A avaliação da metodologia aplicada no projeto foi contemplada em todas as atividades e instrumentos usados na execução do mesmo. Foi significativo fazer algumas intervenções e relacionar com as dimensões da competência profissional, como por exemplo, na dimensão teórico-metodológica, da capacidade de manter uma postura investigativa: perguntar, questionar, indagar a realidade, bem como a capacidade de desenvolver o projeto de intervenção de uma forma prepositiva e coerente, e sempre que necessário, reelaborar as estratégias de enfrentamento diante do contexto do estágio.

As atividades utilizadas para dinamizar o momento com os adolescentes foram de extrema importância e alcançaram um resultado positivo diante dos relatos dos próprios adolescentes. Cada descoberta, cada expressão corporal e facial, é sinal de vida e comunicação dos adolescentes, que faz perceber que a metodologia foi bem aplicada e vivenciada, sugerindo possibilidade de mudança na realidade desses adolescentes.

A metodologia é uma das categorias que desafia o profissional, pois é nessa dimensão que se mede a capacidade de executar o trabalho, de ligar a prática com a teoria.

O conjunto articulado de instrumentos e técnicas permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e a técnica. Disso decorre que o espaço da criatividade no uso do instrumental reside exatamente no uso da habilidade técnica, portanto, reside no agente. (MARTINELLI, 1994, p.137)

Na realização das técnicas é que se realiza a trajetória da ação para a operacionalização, e, posteriormente, a avaliação. Como, por exemplo, o que foi realizado nos encontros com os adolescentes, pois as técnicas utilizadas são instrumentos que levam à ação e à sua concretização dentro de um processo de habilidades e estratégias, que, claramente, se consegue avaliar e concluir com

resultados que instigam a cada vez mais garantir o acesso aos direitos para os adolescentes surdos.

Outra atividade central realizada em um dos encontros teve o objetivo de provocar uma discussão sobre os direitos, a fim de informá-los quais são e como acessá-los. Utilizou-se uma caixa e dentro foi escrito em um papel o nome dos direitos, tais como: saúde, educação, lazer, cultura, acessibilidade, intérpretes. Foi feito um mural com jornais e colocadas folhas em branco, para, então, ser solicitado que a caixa fosse passada de mão em mão e recomendado que, à medida que fosse piscada uma luz, a caixa deveria parar de circular. O adolescente que ficasse com a caixa deveria levantar, pegar um papel de dentro da caixa e apresentar o que está no papel em forma de mímica. Aos demais, cabia tentar adivinhar qual era o direito.

Ao começar a dinâmica e o passar a caixa por eles, no primeiro movimento parou em um menino. O adolescente foi para frente e foi pedido para que retirasse um papel da caixa e não mostrasse para ninguém. Ele foi conduzido para fora da sala para que se preparasse para realizar a mímica. O direito que ele selecionou foi saúde. Depois de ser explicado rapidamente a ele que todos têm direito à saúde e que a pessoa com deficiência tem direito ao atendimento prioritário, ele disse: “já sei o que vou fazer”. O adolescente iniciou fazendo como se estivesse doente e indo para o hospital, e sinalizou que precisava de atendimento. Os demais do grupo logo ressaltaram que o direito era saúde.

Os adolescentes sinalizaram que às vezes é muito difícil de conseguir atendimento fácil quando se fica doente, e que não há o suporte de intérpretes. A maioria expressou que não sabia da prioridade ao atendimento e se mostrou admirada por ter esse direito.

A saúde, como nos diz a Constituição de 88, Art.196, “é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988).

Relacionando o artigo da Constituição com o trabalho realizado na Escola, percebe-se que, mesmo com a prestação de serviços com ações na saúde através da clínica, ainda há falta de informação para seus usuários, pois o espanto demonstrado pelos adolescentes quando foram ressaltados os direitos que teriam na

saúde foi um indicador sobre o trabalho que poderia ser efetivado pela Instituição, dando a devida importância para as informações e formação dos cidadãos surdos.

Avalia-se essa atividade como um processo de crescimento dos adolescentes, refazendo os conceitos e aprofundando cada direito. A atividade que dinamizou esse encontro facilitou a compreensão e o diálogo com o tema, usando da criatividade de cada adolescente para tornar acessível um tema com palavras e sinais abstratos, os quais os adolescentes surdos têm dificuldade de entender, pois algumas palavras não encontram referente em LIBRAS.

A técnica teatral utilizada foi significativa para que os surdos visualizassem concretamente os aspectos sobre os direitos. Segundo Boal (2005, p.18), “a arte é a busca de verdades através dos nossos aparelhos sensoriais”, ou seja, os jogos teatrais facilitam e permitem uma desmecanização do corpo e da mente, alienados às tarefas repetitivas do cotidiano, especialmente as do trabalho, das condições econômicas que cada indivíduo vive.

Para os surdos, o teatro está falando por eles, dispensando o uso da palavra, para que possam desenvolver ainda mais outras formas de perspectivas, usando o corpo, fisionomias, objetos, expressões, com o objetivo de mostrar as opressões internalizadas, as quais tem relação direta com a vida social de cada adolescente.

Diante da aplicabilidade do projeto de intervenção e dos temas trabalhados, - como exclusão e preconceito, falta de justiça e falta de informação ao acesso aos direitos, - o objeto é justamente essa realidade social que necessita ser trabalhada, investigada e analisada, para depois ser modificada. É um processo que demanda compreensão e competência para a devida construção de mudança.

O trabalho do Serviço Social em grupo se justifica pela necessidade da aplicação prática dos conhecimentos no exercício da profissão, o profissional contribui com o grupo para realizar as situações desejadas, a fim de alcançarem seus objetivos, tudo isso empregado com os instrumentos adequados para as atividades em grupo.

A dinâmica do processo de grupo colabora, também, para conhecer cada sujeito em sua individualidade e, assim, poder colaborar no que for necessário. Às vezes, a compreensão dos diferentes relacionamentos no grupo é suficiente para se compreender uma determinada postura de uma pessoa e de suas ações. No caso do grupo de adolescentes surdos, é significativo perceber que em pouco tempo

houve um avanço no processo de desenvolvimento de cada um em suas particularidades.

É importante relatar a situação de um menino que, além da surdez, apresenta dificuldades motoras, até mesmo na expressão nos seus Sinais. No início dos encontros ele sempre estava quieto em canto, quase não participava, tinha poucos Sinais, mas sempre prestava muito atenção. Em uma das dinâmicas realizadas ele foi convidado a participar e, gerando surpresa, aceitou. Após esse momento, ele sempre quer responder, quer ajudar, é o primeiro a motivar e chamar todos para a sala, sempre sorrindo e querendo colaborar.

Ao comentar com a supervisora escolar sobre o adolescente, ela relatou que o menino citado apresenta uma história muito complicada de violência doméstica. Foi criado pelos avós, porém, era fisicamente agredido pelo pai quando criança e teve muitas dificuldades também na aprendizagem escolar. A supervisora ainda relatou que ele é um menino muito esforçado e que tem dado passos importantes no seu processo de crescimento, reforçando a importância de ele poder participar de atividades como as que foram realizadas.

Visualiza-se que o trabalho com grupos pode trazer resultados mais consistentes, possibilitando vivenciar a cooperação e o fortalecimento de vínculos, como pode ser, também, um caminho para a participação na defesa e conquista de direitos. A abordagem grupal como um instrumento técnico-operativo do assistente social deve ser considerada,

Não somente em seus aspectos técnicos – referentes ao ‘fazer’ – mas também em suas implicações sociopolíticas da prática da qual ele potencializa as ações, viabilizando uma intervenção que tem uma direção social situada no movimento contraditório da sociedade. (TRINDADE, 2004, p. 39)

A abordagem técnica grupal não deve apenas indicar o fazer, mas deve constituir um espaço que favoreça os adolescentes a uma socialização, a uma interação, a reflexões críticas a partir dos temas trabalhados, bem como a compartilhar demandas e dificuldades comuns, visando à construção coletiva de possíveis soluções.

A dimensão técnico-operativa do processo de trabalho das Assistentes Sociais está relacionada com as estratégias, os instrumentos e as técnicas para a efetivação. Enquanto estratégia para intervir na realidade, entendem-se as diversas

alternativas que as Assistentes Sociais realizam a partir de uma especificidade profissional própria do Serviço Social.

Em particular, no trabalho com grupos em Serviço Social, deve-se levar em conta o método do Serviço Social, os diferentes aspectos metodológicos do trabalho com grupos, os princípios de ação, as técnicas ou tipos de instrumentalização possíveis, não deixando de lado as atitudes e habilidades inerentes, ao desempenho profissional e às características de um trabalho com grupos que estão intimamente envolvidos no processamento desta intervenção (RODRIGUES, 1978, p.59)

Nesse sentido, a estratégia da abordagem grupal contrapõe a lógica das relações sociais no âmbito da sociedade capitalista, ela proporciona articulação de interesses, desejos e necessidades dos indivíduos, a partir de suas vidas cotidianas, de tal forma que os mesmos tornam-se coletivos.

A abordagem grupal consiste em um processo complexo e dinâmico, através de uma relação dialética, de que, somente a partir da superação dos interesses individuais, há possibilidade de efetivar os interesses coletivos, pois, se isso não acontece, prevalecem as relações individualizantes e egoístas no grupo, onde cada um vai buscar suas próprias necessidades individuais, desconsiderando as dos outros (VASCONCELOS, 1985).

Segue o desafio de continuar o trabalho em grupo, tendo o compromisso com a construção da cidadania e o acesso à garantia de direitos que a profissão acarreta. É importante, também, ter consciência dos limites e possibilidades, sempre coerente, procurando diminuir as contradições e oportunizando estratégias de resistências frente às opressões cotidianas.

É preciso lutar para que, conforme o Código de Ética Profissional, possa-se posicionar em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o processo de aprendizagem iniciado ao ingresso na graduação vai ganhando novas perspectivas ao longo dos anos. Depois da aprendizagem dos níveis de estágio, muitas experiências vivenciadas concretamente começam a ter um novo significado. Neste caso, culminando com o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma instrumental que proporciona o desenvolvimento da práxis e do processo de aprendizagem ao longo destes anos vivenciados na formação acadêmica. Uma reflexão com que faz as dimensões teórico-prática, ético-política e técnico-operativa se expandam e se aperfeiçoem no trabalho profissional. Mesmo que o objetivo deste capítulo seja de compilar o trabalho, cabe evidenciar que o processo ainda continua para conseguir completar a pluralidade que o constitui.

Ao término desse trabalho, é de extrema importância ressaltar todo processo de crescimento realizado nos três níveis de Estágio. Cada descoberta e aprendizado trouxe uma nova reflexão, favorecendo a mudança de paradigmas, tendo uma visão crítica e analítica da conjuntura da realidade. Cada momento vivenciado, de angústias, ansiedades ou conquistas, é único e particular. Hoje, compreende-se que estes momentos, se tornaram essenciais no avanço da formação, pois a profissão é uma constante busca por conhecimento, por agregar valores e atualizar o processo na construção de uma profissão em constante formação.

No desenvolvimento do trabalho foi possível perceber a crescente transformação que ocorre desde a construção da demanda até o produto final, bem como seus impactos na realidade. Contudo, várias discussões foram formuladas diante do processo da formulação do trabalho, como: problematização do acesso aos direitos, efetivação ou não das políticas públicas às pessoas com deficiência, a presença do Serviço Social na Educação, espaço sócio ocupacional e suas estruturas e debate sobre as expressões da questão social, como preconceito, discriminação e exclusão.

Todas essas discussões tiveram o intuito de colaborar para a adequação das ações que foram colocadas em vigor no projeto de intervenção. Ao desenvolver as técnicas teatrais com o grupo de adolescentes surdos, fez-se com que os adolescentes expressassem seu cotidiano e suas necessidades para haver uma transformação social.

Em uma sociedade na qual se prega a cultura da passividade, do conformismo, em que o individualismo competitivo do pensamento capitalista tenta cristalizar a visão de uma grande camada da população, o teatro pode entrar em cena como um elemento contra-hegemônico, na busca pela transformação cultural necessária para o rompimento com a situação de alienação. [...] Neste contexto, o teatro pode ser articulado para essa transformação cultural, uma vez que pode contribuir para os indivíduos a repensarem a sua condição de modo crítico e, assim, possam participar de lutas contra-hegemônicas (SCHERER, 2013, p.89).

Neste movimento de romper com a alienação da sociedade dominante é que o teatro para os surdos possibilita uma resistência contra as discriminações cotidianas, sendo um elemento para fortalecer a participação e o protagonismo com possibilidades de uma transformação cultural e social.

Aplicar as técnicas teatrais na experiência do estágio curricular foi bem significativo para a realização de algumas intervenções e para relacionar as dimensões da competência profissional, como, por exemplo, na dimensão teórico-metodológica, a capacidade de manter uma postura investigativa: perguntar, questionar, indagar a realidade, ter a capacidade de desenvolver o projeto de intervenção de uma forma prepositiva e coerente, reelaborando, sempre que necessário, as estratégias de enfrentamento diante do contexto do estágio.

Todas as atividades realizadas para dinamizar os momentos com os adolescentes foram de extrema importância, alcançando um resultado positivo diante dos relatos dos próprios adolescentes. A cada descoberta, a cada expressão corporal e facial, sinal de vida e comunicação dos adolescentes, a metodologia foi aplicada e vivenciada, havendo possibilidades de mudança na realidade desses adolescentes.

Foi na maneira de realizar as técnicas que a trajetória da ação passou para a operacionalização e, posteriormente, à avaliação. Pois as técnicas teatrais utilizadas são instrumentos que levam à ação e à sua concretização dentro de um processo de habilidades e estratégias utilizadas, e a partir das quais, claramente, é possível avaliar e concluir com resultados que instigam cada vez mais a garantir o acesso aos direitos para os adolescentes surdos.

Entre a lógica da desigualdade e pelo processo de resistência e luta da população surda, o objeto de intervenção veio justamente nessa defesa, de que a partir da violação de direitos e da história de preconceito existente na sociedade, consiga-se potencializar e informar sobre os mesmos, e que os adolescentes surdos

construam movimentos de transformação da realidade, criando resistências para terem uma participação efetiva no que diz respeito à sua realidade cotidiana.

Tendo presente o trabalho do Serviço Social em grupo é que se justifica a necessidade da aplicação prática dos conhecimentos no exercício da profissão. Porém, não deve ser a pessoa que diz o que deve ser feito, nem como deve fazer, mas sim a pessoa que contribui com o grupo a realizar as situações desejadas pelo próprio grupo para alcançarem seus objetivos, tudo isso empregado com os instrumentos adequados para as atividades em grupo.

A dinâmica do processo de grupo colabora, também, para conhecer cada sujeito em sua individualidade e, assim, poder colaborar com um tipo de ajuda que é necessária. Às vezes, a compreensão dos diferentes relacionamentos no grupo é suficiente para se compreender uma determinada postura de uma pessoa e de suas ações. No caso do grupo de adolescentes surdos, foi significativo perceber que, em pouco tempo, houve um avanço no processo de desenvolvimento particular de cada um, bem como no coletivo.

Por fim, assim como um dos princípios do código de ética profissional determina, que é preciso empenhar-se na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, bem como à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, o Trabalho de Conclusão de Curso veio ao encontro dessa realidade, uma vez que os surdos são considerados pela sociedade hegemônica um grupo discriminado.

Cabe continuar desenvolvendo ações que favoreçam a defesa dos direitos e assegurem o acesso à informação, bem como a construção da cidadania e participação social. Assim como Boal (2005), reflete-se que o cidadão não é só aquele que vive em sociedade, mas aquele que a modifica, que a transforma e que tem uma efetiva participação, conseguindo romper com as desigualdades existentes.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A., 1988.

AMARAL, Marina. **Boal Exilado**: Entrevista com Augusto Boal. In: Caros Amigos. Ano IV, nº48. São Paulo: 2001. Disponível em: <<http://josekuller.wordpress.com/39-artigo-sobre-a-obra-de-augusto-boal/>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BALDO, Cirlei Fátima; IACONO, Jane Peruzo. Letramento para Alunos Surdos através de textos sociais. In: **Dia a dia da educação**: portal Educacional do Estado do Paraná. Curitiba: 2012. p. 1-24. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1905-8.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008.

BAPTISTA, Veras Myriam. **A ação Profissional no Cotidiano**. São Paulo: PUC/SP, 1993.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: **Revista Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro: UERJ, 2006a.

_____. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Orgs). **Serviço Social e Saúde**: trabalho e formação profissional. São Paulo: ABEPSS; OPAS, 2006. p. 1-27.

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social - v. 2).

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras Poéticas Políticas**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Jogos para atores e não-atores**. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.

BRASIL. **Decreto n. 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Diário Oficial da União- DOU, Brasília, DF, 22 nov.1990. Seção 1. p. 22256. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Disponível em: Acesso em: 24 jun. 2013.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União - DOU, Brasília, DF, 25 out. 1989. Seção 1. p. 19209. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853compilado.htm>. Acesso em: 05 maio 2013.

_____. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União - DOU**, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Seção 1. p. 23935. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 05 maio 2013.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União - DOU**, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Seção 1. p. 14809. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm>. Acesso em: 05 maio 2013.

_____. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica da Assistência Social. **Diário Oficial da União - DOU**, Brasília, DF, 08 dez. 1993b. Seção 1, p. 18769. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 8 maio 2014.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União - DOU**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. p. 27833. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de outubro de 1999.** Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União - DOU**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Seção 1. p. 10. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 3 nov.2013.

_____. **Lei nº 10.048, de 08 novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União - DOU**, Brasília, DF, 09 nov. 2000. Seção 1. p. 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União - DOU**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1. p. 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Dispõe o acesso a informações. **Diário Oficial da União - DOU**, Brasília, DF, 18 dez. 2011. Seção 1. p.

1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 4 mar. 2014.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União - DOU, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1. p. 23. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União - DOU, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Seção 1. p. 05. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União - DOU, Brasília, DF, 23 dez. 2004. Seção 1. p. 28. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

_____. **Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008.** Institui o Dia Nacional dos Surdos. Diário Oficial da União - DOU, Brasília, DF, 30 out. 2008. Seção 1. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União - DOU, Brasília, DF, 26 ago. 2008. Seção 1. p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

_____. **Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União - DOU, Brasília, DF, 30 nov. 2009. Seção 1. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm>. Acesso em: 23 jun. 2013.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf196a200.htm>. Acesso em: 3 nov. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. 3ª ed. Brasília: CFESS, 1997.

_____. **Grupo de Estudos sobre serviço social na educação. Serviço Social na Educação**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do estado capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FRAGATEIRO, Carlos. **Teatro e educação: transgressões**. In: PACHECO, Natércia; CALDAS, José; TERRASÊCA, Manuela (orgs). 1ª ed. Lisboa: Afrontamento, 2007.

FERNANDES, Idília. **A diversidade da condição humana: deficiências/diferenças na perspectiva das relações sociais**. Tese (doutorado)- Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2003.

FERNANDES, Idília; LIPPO, Humberto. **Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea**. Textos & Contextos, Porto Alegre: Edipucrs, jul./dez. 2013. v. 12, n. 2, p. 281 – 291.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1959: Princípio VII**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_Universal_dos_Direitos_da_Crian%C3%A7a>. Acesso em: 18 mar. 2014.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da Sociedade Civil**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Viela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão**. Brasília, DF: CFESS, 2002.

KAUCHAKJE, Samira. “Comunidade Surda”: As demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social. In: **Cidadania, Surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003. p 57-76.

LIPPO, Humberto. **Terminologia acerca das pessoas com deficiência**. (Org.). Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças. Canoas: ULBRA, 2012.

_____. Humberto. Acessibilidade Universal. In: **Sociologia: textos e contextos**. Canoas: ULBRA, 2000. p. 345-352.

LODI, A. C. B. **Plurilinguismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos**. Educação e Pesquisa, São Paulo: set./dez. 2005. v. 31, n. 3, p. 409-424.

LONGMAN, Liliane Vieira. **Memória de Surdos**. Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana, 2007.

MARCONDES, D. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: UFSC, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROUYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em serviço social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: 1994. n. 45, p. xxx-xxx.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. (Org.) **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde, Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: <<http://www.assinoinclusao.org.br/downloads/convencao.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.

PAGOTE, Jaqueline. **O teatro como fio condutor para o trabalho do serviço social junto ao grupo de adolescentes surdos: denunciando opressões e sinalizando direitos**. Projeto de Intervenção. Porto Alegre, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. As Vicissitudes da pesquisa e da teoria no campo da política social. In: **Ser Social** nº 9, Um B, Brasília, jul. – dez. 2001.

PERLIN, Gladis. O Lugar da Cultura surda. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Org.). **A Invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2000.

QUADROS, R.M. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Revista Ponto de Vista. Florianópolis, n. 5, p. 81-112, 2003.

RODRIGUES, Maria Lucia. **O Trabalho com Grupos e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**. 48. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SERRA, Rose M. S. **Crise da Materialidade no Serviço Social: perspectiva no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHERER, Giovane Antonio. **Serviço Social e arte: juventudes e direitos humanos em cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

SOUZA, Ely; MACÊDO, Josenete Ribeiro. **Inclusão social do surdo: um desafio à Sociedade, aos Profissionais e a Educação**. Monografia de graduação em Pedagogia. Universidade Estadual do Pará-UEPA. Belém-Pa, jan. 2002.

SOUZA, R.M de; GÓES, M.C.R de. O ensino para Surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, C. (Org). **Atualidade da Educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STROBEL, Karin L. **História dos Surdos: Representações “mascaradas” das identidades surdas**. Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

_____. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. *Temporalis*, Brasília, jul./dez. 2004. ano II, n. 4, p. 21-39.

VASCONCELOS, Ana Maria. **Serviço Social e prática reflexiva**. [S.l: s.n.], 2000. Mimeo.

_____. **Intenção-ação no trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1985.

ANEXOS



(Atividade realizada em 16 de abril de 2013, sobre o Preconceito)



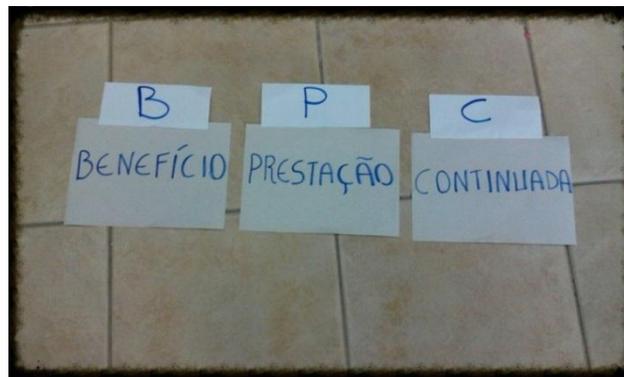
(Atividade realizada no dia 8 de abril de 2013, sobre a Exclusão)



(Atividade realizada no dia 02 de abril de 2013, sobre Justiça e Injustiça)



(Atividade realizada no dia 14 de maio de 2013, sobre os Benéficos)



(Atividade realizada no dia 21 de maio de 2013, sobre os Direitos)





(Atividade realizada no dia 10 de junho de 2013, preparação para a peça final)





(Teatro final: apresentação para professores e funcionários da Escola)



AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Evandir José Filho

responsável pelo aluno (a) :

Thales Xavier Gomes

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacifico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 16 de julho de 2014.

Assinatura do Responsável

Evandir José Filho

Evandir José Filho

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Marilene Barcelos dos Santos

responsável pelo aluno (a) :

DIGMAR DOS SANTOS LOPES

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 16 de JULHO de 2014.

Assinatura do Responsável

Marilene Barcelos dos Santos

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Silvia T. Agueda de Coto

responsável pelo aluno (a) :

João Antônio Coto de Siqueira

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 15 de Julho de 2014.

Assinatura do Responsável

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Patrícia da Rosa Vargas

responsável pelo aluno (a) :

Kethryn Caroline da Rosa Barbosa

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 16 de Julho de 2014.

Assinatura do Responsável

Patrícia da Rosa
Vargas

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Carolina Souza da Silva

responsável pelo aluno (a) :

ESTELA MARIA SOUZA DE CARVALHO

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 16 de Setembro de 2014.

Assinatura do Responsável

Estelamaria

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Viviane da Silva Pujol
responsável pelo aluno (a) :

Rodrigo Pujol Felles

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2014.

Viviane Pujol
Assinatura do Responsável

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Gisele Ferreira Martins

responsável pelo aluno (a) :

Elizabeth Alves Monteiro

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 15 de Julho de 2014.


Assinatura do Responsável

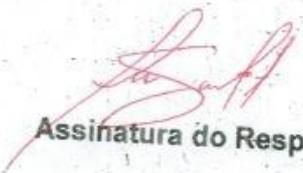
AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Acadêmica Wanduley Battaglia
responsável pelo aluno (a) :

M^a Mariana Wanduley Battaglia

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, videos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 16 de Julho de 2014.


Assinatura do Responsável

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Adriana Cristine Zamboni G.P.
responsável pelo aluno (a) :

Mozart Zamboni Dilelo

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 15 de julho de 2014.

Assinatura do Responsável

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Tusara B. Viira

responsável pelo aluno (a) :

Emanuelle Viira

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 16 de Julho de 2014,

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Telma Costa

responsável pelo aluno (a) :

PATRICIA COSTA

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, 16 de JULHO de 2014.

X Telma Costa
Assinatura do Responsável

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu Lisandra Mello Cardoso

responsável pelo aluno (a): KEROLIN FRANCINE C. DASILVA

AUTORIZO, sem qualquer ônus/indenização, a utilizar a imagem de meu filho (a) para fins de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social da acadêmica Jaqueline Pagote, que realizou o estágio curricular na Escola Especial para Surdos Frei Pacífico. Para tanto poderá utilizar suas reproduções fotográficas e/ou imagens na internet, jornais, revistas, vídeos e todos os demais meios de comunicação públicos e privados.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Responsável

Lisandra Mello Cardoso